



O VAZIO DA **ATER**

Caminhos para a inclusão
socioeconômica e ambiental
da agricultura familiar

Solidaridad

Solidaridad

FUNDAÇÃO SOLIDARIDAD

Diretor de País

Rodrigo Castro

Gerente dos Programas de Cacau e Pecuária

Paulo Lima

Gerente de Meio Ambiente e Qualidade

Mariana Pereira

Gerente de Comunicação

Luiz Fernando Campos

O VAZIO DA ATER: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Autores

Helena Gonçalves
Paulo Lima

Mariana Pereira
Rodrigo Castro

Consultoria

Acácio Zuniga

Fotos

Fundação Solidaridad

Revisão

Joyce Brandão
Luiz Fernando Campos

**Projeto gráfico,
design editorial
e edição de texto**
Laboota

FUNDAÇÃO SOLIDARIDAD

O vazio da ATER: Caminhos para a inclusão socioeconômica e ambiental da agricultura familiar. São Paulo: Fundação Solidaridad, 2022.

48p. : il. color; 29,7x21cm.

1. ATER 2. Assistência técnica. 3. Extensão rural. 4. Agricultura familiar.
5. Amazônia. 6. Inclusão socioeconômica. 7. Desenvolvimento sustentável.

Copyright © 2022 Fundação Solidaridad. Todos os direitos reservados.

Sobre a Fundação Solidaridad	pg. 4	4.	pg. 29
Prefácio	pg. 6	Preenchendo o vazio da ATER na Amazônia	
1.	pg. 7	4.1.	pg. 30
Introdução		A ATER como estratégia para o desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável	
2.	pg. 9	4.1.1.	pg. 32
Histórico e situação da ATER no Brasil		O serviço de ATER oferecido	
2.1.	pg. 9	4.1.2.	pg. 33
Histórico		O impacto da ATER na renda das famílias	
2.2.	pg. 15	4.2.	pg. 37
Quem oferece ATER		Estudo de caso: Alavancando o acesso à ATER no município de Novo Repartimento (PA) em parceria com a Coopercau	
3.	pg. 17	4.2.1.	pg. 40
Desafios e oportunidades para a ATER na Amazônia e no Pará		Empoderando famílias produtoras com conhecimento técnico e engajamento na causa ambiental: resultados da sua inserção no programa de ATER	
3.1.	pg. 17	4.2.2.	pg. 43
Histórico de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia		Perenidade do modelo após o ciclo de ATER gratuita	
3.2.	pg. 19	4.3.	pg. 44
Políticas de ATER na Amazônia		Replicação	
3.3.	pg. 21	5.	pg. 45
Oferta e acesso à ATER na Amazônia e no Pará		Considerações finais	
3.4.	pg. 26	6.	pg. 46
Acesso da agricultura familiar à ATER no Pará		Referências	



Sobre a Fundação Solidaridad

A **Fundação Solidaridad** é uma organização internacional da sociedade civil que atua no Brasil há mais de uma década no desenvolvimento de cadeias agropecuárias socialmente inclusivas, ambientalmente responsáveis e economicamente rentáveis. Busca acelerar a transição para uma produção inclusiva e de baixo carbono, contribuindo para a segurança alimentar e climática do país e do mundo. Atualmente desenvolve com seus parceiros iniciativas de sustentabilidade nas seguintes cadeias: cacau, café, cana-de-açúcar,

erva-mate, laranja, pecuária e soja.

Globalmente, a **Solidaridad** conta com mais de meio século de atuação em mais de 40 países. Promove parcerias e soluções inovadoras junto a governos, organizações, cooperativas e empresas para apoiar produtoras e produtores rurais a produzir melhor e reduzir o impacto climático da produção de alimentos. Sua missão é garantir a transição para uma economia inclusiva e sustentável, que maximiza o benefício para as pessoas e o planeta.

Onde atuamos?



Pecuária



Cacau



Erva-mate



Café



Cana



Soja



Laranja



Prefácio

Qual o valor da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como alavanca para o desenvolvimento rural sustentável? Será que uma ATER de qualidade e continuada consegue reduzir as desigualdades no campo? Qual o poder da ATER na transformação das vidas de famílias agricultoras na Amazônia?

Por meio de seu *Programa Amazônia*, o trabalho desenvolvido pela **Fundação Solidaridad** nos últimos 6 anos, com foco no desenvolvimento e na implantação de um modelo de ATER de impacto junto à agricultura familiar, buscou respostas a essas perguntas.

Na prática, os resultados e os desdobramentos desse trabalho têm demonstrado que o investimento num sistema de ATER de qualidade, como aquele desenvolvido na Transamazônica, gera grandes benefícios sociais, econômicos e ambientais. A sustentabilidade dos serviços de ATER ao longo do tempo depende não apenas da sua qualidade e longevidade, mas também da viabilidade econômica, numa análise do custo-benefício feita por agricultoras e agricultores familiares.

Os resultados apresentados nesta publicação são inéditos para a região e para o segmento da agricultura familiar. Pela primeira vez, famílias produtoras pagam pela ATER cientes da sua capacidade financeira e do impacto dela em suas

propriedades e vidas. Trata-se de uma experiência promissora desenvolvida no âmbito de uma parceria entre **Fundação Solidaridad**, Coopercau e agricultores familiares com enorme potencial de replicação na região. Desejamos que esse modelo de sucesso possa se espalhar pela Amazônia juntamente com o seu impacto positivo já comprovado na prática.

Seguimos nessa jornada, focados no fortalecimento da agricultura familiar como meio irrefutável para a redução das desigualdades e a inclusão social no meio rural. Apoiá-la de forma eficiente e efetiva garante a segurança alimentar, combate a crise climática e contribui para o equilíbrio ambiental do nosso país.

Boa leitura!



Rodrigo Castro

Diretor de País

Fundação Solidaridad

Introdução



Ao pensar estratégias para a sustentabilidade de cadeias produtivas e a inclusão socioeconômica de famílias produtoras, é inevitável que se discuta os desafios e caminhos para ampliar o acesso desse público à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Garantir o acesso da agricultura familiar ao conhecimento e à tecnologia é elemento fundamental para o desenvolvimento rural sustentável e para o estabelecimento de condições para uma produção mais justa socialmente, mais adequada ambientalmente e economicamente mais viável.

O sistema público de ATER, contudo, não tem demonstrado capacidade de atender a maior parte dos estabelecimentos agropecuários. Os dados de cobertura do serviço de ATER no Brasil revelam um cenário de desassistência e um vazio de

atendimento, que recai especialmente sobre a agricultura familiar. Enquanto propriedades maiores e mais capitalizadas preenchem esse espaço, com a contratação de serviços de assistência técnica privados, agricultores e agricultoras familiares – dependentes da ATER pública – permanecem desassistidos.

“A desinformação é que empobrece mais os agricultores. Quando a gente tem informação, a gente passa a sonhar mais alto, ir além.”

Clóvis Rios, produtor familiar

Na realidade amazônica, a busca por soluções para ampliação da oferta de ATER se torna ainda mais imprescindível, já que, além do cenário de desassistência,

Agricultoras e agricultores familiares da Amazônia estão entre os que mais têm dificuldades de acesso à ATER

os agricultores familiares da região enfrentam desafios relacionados à infraestrutura precária e ao baixo acesso a educação e saúde.

Apesar de relativamente recente, a trajetória das políticas públicas de ATER no Brasil é sinuosa – com diversas mudanças de curso, de abordagem e de estrutura institucional. Ainda que nesse caminho tenham ocorrido avanços e importantes conquistas para a agricultura familiar, esse público

e suas necessidades muitas vezes estiveram à margem dessas políticas.

Buscando compreender a cronologia de políticas e ofertas de ATER no país e traçar estratégias para transformar o cenário presente, este estudo traz um histórico da situação atual e, a partir de um recorte para a Amazônia – e, mais especificamente, para o Pará –, propõe um modelo de intervenção que tem se mostrado estratégico para alavancar o acesso da agricultura familiar ao serviço de ATER.

Definindo Assistência Técnica e Extensão Rural

Apesar de frequentemente confundidos ou usados como sinônimos, os termos assistência técnica e extensão rural têm significados distintos e, conseqüentemente, alcances e impactos diferentes no dia a dia de agricultores e agricultoras.

A **extensão rural** é entendida como uma intervenção voltada a mudanças no processo produtivo ou em outros processos socioculturais e econômicos da população rural, que ocorre por meio da comunicação entre atores com diferentes conhecimentos e posições de poder (Caporal, 2009). Assim, trata-se de um processo que se dá de forma contínua, coletiva e cooperativa, no qual famílias são instrumentalizadas para a melhoria de suas condições de trabalho e de vida, a partir de um olhar integrado sobre propriedade e sistemas produtivos (Montardo, 2005). Segundo Paulo Freire (Freire, 1983), é um **processo de troca de saberes, de diálogo e de construção de conhecimentos entre técnicos e agricultores**.

A **assistência técnica**, muitas vezes englobada pelas atividades de Extensão Rural, não tem, necessariamente, um caráter educativo e voltado à formação do produtor, pois se caracteriza por ações mais pontuais e específicas, voltadas à

resolução de problemas imediatos, específicos e individuais (Peixoto, 2008). O técnico, que assume o papel de detentor do saber, limita-se a aplicar seu conhecimento especializado à solução de um problema específico (Peixoto, 2009), não havendo, assim, transferência de conhecimento e construção de autonomia do agricultor.

A extensão rural, portanto, tem maior abrangência e alcance mais amplo sobre a população e o território atendidos do que a assistência técnica.

A Lei 12.888/2010 definiu “Assistência Técnica e Extensão Rural” como “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Para a **Fundação Solidaridad**, a ATER deve contemplar processos educativos permanentes e continuados, que considerem a propriedade como um todo e integrem os saberes dos técnicos extensionistas com os conhecimentos e as experiências das famílias produtoras.

Histórico e situação da ATER no Brasil



A história mostra que as políticas públicas de ATER ficaram ao sabor das mudanças políticas e econômicas do país

2.1 Histórico

Ainda que o Brasil seja um dos maiores produtores agrícolas do mundo e tenha a agropecuária como uma de suas principais atividades econômicas, as primeiras políticas públicas de apoio técnico à produção rural são relativamente recentes, tendo ocorrido somente no final do século XIX. Desde então, as iniciativas implementadas seguiram uma evolução não linear, adotando diferentes abordagens que refletem fortemente a visão predominante em cada período histórico e político do país. Essas abordagens se fundamentam em duas linhas principais, o difusionismo e o humanismo.

O **difusionismo** se baseia na difusão de ideias, práticas e tecnologias voltadas à modernização do setor agropecuário a partir de uma lógica desenvolvimentista, inserida num modelo de desenvolvimento industrial e de crescimento econômico

(Caporal, 2009). Essa abordagem se baseia, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e a Revolução Verde, na aquisição de um pacote tecnológico modernizante, no qual a ATER visa ao aumento de produtividade e inserção do produtor rural na dinâmica da economia de mercado (“difusionismo produtivista”).

O **humanismo**, por sua vez, traz uma perspectiva mais ampla, em que o aumento da produtividade é visto mais como um meio para melhorar a renda e o bem-estar das famílias rurais (Rodrigues, 1997) do que um objetivo final. Essa abordagem surge no Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, com caráter assistencialista e a criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACARs). A partir dos anos 1980, essa abordagem assume uma postura mais questionadora em relação ao difusionismo (o “humanismo crítico”), encarando-o como um processo que gerou exclusão

social e impactos ambientais (Rodrigues, 1997). Nesse contexto, a ATER se insere numa perspectiva de desenvolvimento rural em que os agricultores familiares são sujeitos de suas ações como cidadãos, compreendendo e problematizando sua realidade e tomando decisões de forma consciente (Rodrigues, 1999).

A **figura 1** apresenta os principais marcos da história da ATER no Brasil. Desde que tiveram início, no fim do século XIX, até quase a metade do século seguinte, os esforços voltados ao apoio técnico aos produtores rurais se restringiam à difusão de informações. Inicialmente, esse papel era desempenhado por institutos de ensino e pesquisa e, mais tarde, a partir da criação do Serviço de Informação Agrícola e de associações municipais de produtores rurais, na década de 1940, passam a ser realizados por unidades demonstrativas, fazendas experimentais e via rádio (Bordenave, 1985; Peixoto, 2008).

O perfil do apoio técnico à agricultura no Brasil se transforma a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e início da Guerra Fria (1947), quando os Estados Unidos adotam como parte de sua estratégia política e comercial (buscando ampliar mercados para insumos, máquinas e equipamentos produzidos pelas indústrias estadunidenses) a promoção de ações para o desenvolvimento de países como o Brasil (Pettan, 2010 apud Alves, 2018; ROS, 2012 apud Quidá, 2017). Nesse contexto, é estruturada, em colaboração com a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA)¹, a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural, no estado de Minas Gerais (ACAR-MG), em 1948. Estruturada de acordo com o modelo existente nos EUA, que aliava assistência técnica e crédito supervisionado a pequenos produtores rurais por meio de associações de crédito (Castro & Pereira, 2017; Alves, 2018), a criação da ACAR-MG estimula nos anos seguintes a criação de associações semelhantes em diversos outros estados,

culminando na criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (Alves, 2018). A ABCAR é considerada a primeira experiência institucionalizada de ATER e crédito no país.

A partir de 1956, em alinhamento com a Revolução Verde e a estratégia desenvolvimentista adotada naquele período, as ações relacionadas à ATER se voltam à modernização da agricultura, aumento da produtividade da terra e do trabalho (Delgado, 2012) e a “superação do atraso no meio rural” (Quidá, 2017), por meio de incentivos à mecanização e ao uso de fertilizantes e sementes híbridas.



Com enfoque inicial na difusão de informações, ao longo dos anos a ATER se tornou estratégica para o crescimento da agropecuária brasileira

¹ Entidade filantrópica fundada pelo empresário e político norte-americano Nelson Rockefeller, responsável pela concepção da estratégia de política externa adotada pelos Estados Unidos no que se referia às áreas rurais (Quidá, 2017).

Figura 1.

Principais marcos da história da ATER no Brasil





A agricultura familiar muitas vezes esteve alijada das políticas públicas que visavam ao desenvolvimento rural do país

As décadas seguintes são marcadas pela ditadura militar, quando houve centralização do poder e perda de espaços democráticos. Apesar disso, passos relevantes são dados no que se refere a políticas e instrumentos voltados ao meio rural, como a inédita **definição de diretrizes de assistência técnica, no âmbito do Estatuto da Terra, e a previsão de assistência direta a famílias em projetos de assentamento da reforma agrária**, que passam a ser estabelecidos em regiões menos populosas do país numa estratégia de ocupação e colonização. **Também nesse período, as ACARs são transformadas nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs)**, e são estruturadas outras instituições importantes ao desenvolvimento rural do país e ao serviço de ATER, como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

(EMBRATER) e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), entre outras². Essa fase, contudo, por sua abordagem voltada à tecnologia e conseqüente necessidade de investimento, inviável aos agricultores familiares, gera um processo excludente (Bergamasco et al., 2017; Alves, 2018).

O cenário de crise econômica e fiscal nos anos 1980 afeta profundamente as instituições públicas de ATER que, em alguns casos, passam a cobrar por seus serviços (Dias, 2007), e, aliado à reabertura política após a ditadura militar, traz à tona críticas ao modelo de desenvolvimento rural e de ATER adotado até então e aos problemas sociais e ambientais decorrentes dele. Tais reflexões, como a publicação do livro “Extensão ou Comunicação”, de Paulo Freire, e a própria responsabilização do Estado pelos serviços de ATER na

² Como o Sistema Nacional de Crédito Rural, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Constituição de 1988, consolidam a busca por uma Extensão Rural mais democrática e popular, numa perspectiva de ampliação do diálogo entre conhecimentos.

Contudo, com a persistência da crise econômica, a EMBRATER é extinta no início da década de 1990, e as EMATERs passam a depender do interesse e recursos dos governos estaduais – levando à precarização dos serviços em diversos estados (ECHENIQUE, 1998 apud Dias, 2007). Mais tarde, em 1995, essas organizações voltam a se fortalecer financeiramente ao serem incumbidas da elaboração dos projetos de crédito do recém-criado Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a elaboração participativa da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no início dos anos 2000 intensificam a adoção de princípios do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia, a partir de experiências de ATER realizadas alguns anos antes por organizações da sociedade civil e governos estaduais. Nessa década, a ATER acaba se estabelecendo como um mecanismo transversal a diversas políticas e programas do governo federal, por meio do estabelecimento de políticas de ATER por outros órgãos do governo e direcionadas a públicos específicos, como indígenas, quilombolas e mulheres.

A PNATER, o ATES e outras políticas públicas federais

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), lançada em 2004, e seu principal instrumento, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), consolidaram a operação dos serviços de ATER por meio da contratação de entidades executoras: empresas públicas (como as EMATERs), organizações sem fins lucrativos e empresas privadas. Operada atualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a PNATER tem como princípios gratuidade, qualidade e acessibilidade dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, e como públicos beneficiários os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, entre outros. Com base em experiências e aprendizados do Projeto Conta Cooperativa de Captação (CONTACAP) e do Projeto Lumiar, realizados na década de 1990, o INCRA criou em 2003 o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). O ATES tem como foco os projetos de assentamento da reforma agrária e suas especificidades e, assim, buscou uma abordagem multidisciplinar e participativa, que garantisse maior

poder e participação às associações de agricultores. Para além dessas políticas, o tema da ATER aparece como mecanismo de ação em outras iniciativas governamentais. Por exemplo, a prestação desse serviço é prevista – embora sem centralidade enquanto instrumento – em políticas relacionadas ao combate e à adaptação às mudanças climáticas, como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG). Adicionalmente, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) estabeleceu a ATER como um de seus instrumentos. Vale destacar entre essas iniciativas o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), política de crédito rural criada em 1995, voltada especificamente à agricultura familiar. Embora tenha uma inquestionável importância para esse público, o papel do PRONAF, no que se refere à ATER, limita-se ao financiamento das atividades de assistência técnica relacionadas aos projetos de crédito agrícola financiados pelo programa, não havendo, por exemplo, linhas de crédito específicas para ATER. O orçamento do PRONAF caiu pela metade em 2018-2019, atingindo o valor mais baixo desde 2013, não chegando a R\$ 10 milhões.

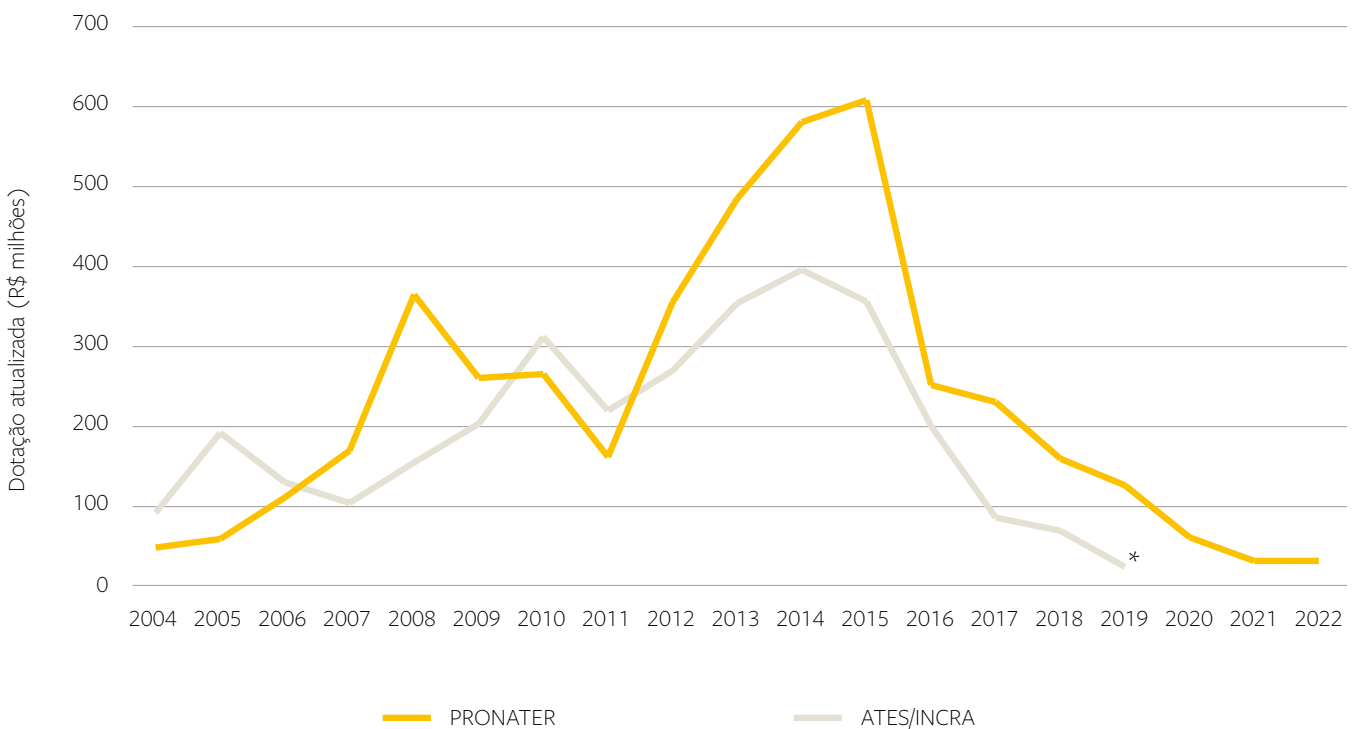
Em 2010, a Lei 12.188 institui novas versões da PNATER e do PRONATER, trazendo mudanças ao desenho operacional e abordagem da ATER no país. A partir de 2011, com o início do Plano Brasil sem Miséria, com foco em públicos específicos, dão à política de ATER um caráter de seletividade e não de universalização, mas consolidam, em função da capilaridade conquistada pela ação histórica e alcance das EMATERs, o papel dessas organizações na implementação da PNATER e de outras políticas de desenvolvimento socioeconômico em regiões desassistidas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Bolsa Verde, entre outros.

Em 2013, é criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que assume toda a operacionalização dos contratos de ATER

para agricultura familiar e beneficiários da reforma agrária. É a partir desse mesmo ano que os orçamentos destinados à ATER apresentam maior tendência de crescimento, atingindo o seu pico no ano de 2015 (gráfico 1). Essa tendência é pouco duradoura, contudo, e já em 2016, os orçamentos de ATER sofrem uma queda acentuada, e a realização de chamadas públicas para contratação de serviços de ATER é paralisada, num contexto de redução dos investimentos em políticas sociais e da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Leite et al., 2018). **As reduções de orçamento que se dão nesse período e que se mantêm nos anos posteriores impactam na cobertura do serviço de ATER, que caiu de 22% em 2006 para 20% em 2017, segundo os Censos Agropecuários realizados pelo IBGE nesses dois anos.**

Gráfico 1.

Série histórica (2004-2019) do orçamento anual para ATER



Fonte: SIOF, 2020, elaborado pela Fundação Solidaridad

* Programa descontinuado em 2019

A partir de 2018, o cenário de redução de investimentos em políticas de desenvolvimento social se intensifica (Leite et al., 2018), assim como a cobertura dos serviços de ATER. O cenário que se observa atualmente é o sucateamento de entidades públicas de ATER e, no caso das organizações privadas, uma atuação restrita à prestação de serviços, como apoio ao acesso a crédito, georreferenciamento, apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural e licenciamento ambiental.

2.2 Quem oferece ATER

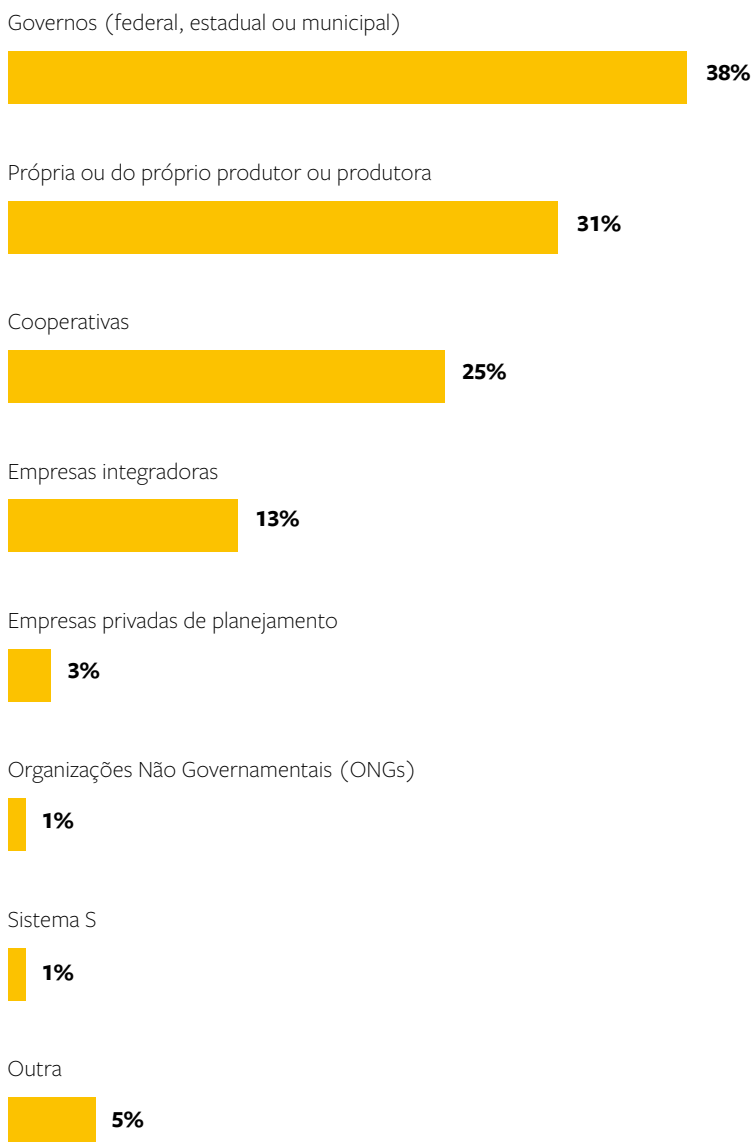
A redução do orçamento público disponível à ATER e o consequente enfraquecimento das instituições governamentais que oferecem esse serviço levaram, inevitavelmente, à redução da participação dos agentes governamentais (federais, estaduais ou municipais) e ao aumento da importância de outros agentes. Os agentes governamentais ainda representam a maior atuação nesse serviço no Brasil, mas sua participação passou de 43% dos estabelecimentos agropecuários que recebiam algum tipo de orientação técnica no país em 2006 para 38% em 2017, segundo o Censo Agropecuário (**gráfico 2**).

Em contrapartida, nota-se um aumento da representatividade da orientação técnica própria, ou seja, contratada pelos produtores, que atingiu 31% em 2017, e daquela oferecida por cooperativas, que chegou a 25%.

Outros atores também representam uma parcela da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos rurais do país, ainda que em menor proporção. Entre eles, vale citar as empresas integradoras e compradoras de matéria-prima, que atendem a 13% dos estabelecimentos que recebem orientação técnica, embora geralmente, nesses casos, o serviço seja mais direcionado à produtividade e à cultura de interesse da empresa. Também se nota a atuação, pouco expressiva percentualmente (1%), de organizações não governamentais, que desempenham,

Gráfico 2.

Origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil (2017)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - Tabela 6780, elaborada pela Fundação Solidaridad

contudo, importante papel no apoio à defesa e ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais e agricultores familiares. Por fim, com atuação mais voltada ao treinamento profissional, assistência técnica em cadeias produtivas específicas e gestão da propriedade rural, a orientação oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ou Sistema S representa também uma parcela pequena (1%) dos estabelecimentos agropecuários que recebem orientação técnica no Brasil. O SENAR tem atuação em todo território nacional, e seu orçamento cresceu na última década, ultrapassando R\$ 1,2 bilhão em 2019, o que reforça seu potencial de contribuição ao desenvolvimento

técnico de um público cada vez maior e mais abrangente de agricultores.

A atuação de cada um desses atores – ainda que em alguns casos reduzida – tem importância num cenário de redução da já baixa cobertura do serviço de ATER, ainda mais severo na Amazônia e entre os agricultores familiares. O capítulo a seguir, portanto, traz um olhar mais voltado a esse território e público, partindo do contexto histórico e das políticas de ATER na região, seguidos pela análise da oferta e cobertura do serviço na Amazônia e no estado do Pará e, finalmente, de um recorte específico para o público e território atendidos pela **Fundação Solidaridad** em seu *Programa Amazônia*, ou seja, a agricultura familiar no Pará.



Outros atores, como as ONGs, vêm desempenhando nos últimos anos importante papel na inclusão da agricultura familiar em atividades de ATER

3.

Desafios e oportunidades para a ATER na Amazônia e no Pará

3.1 Histórico de ocupação e desenvolvimento econômico da Amazônia



Responsável por quase 9% do Produto Interno Bruto brasileiro (Santos et al, 2021, com base em dados do IBGE), a Amazônia Legal produz uma enorme diversidade de produtos do extrativismo à mineração, além das atividades agropecuárias. Essas últimas respondem por quase 17% do solo da região (Santos et al, 2021, com base em dados do MapBiomias, 2020). O valor da produção agrícola na região chegou a R\$ 84 bilhões em 2019 (IBGE, 2020c), sendo as lavouras temporárias – em especial a soja – responsáveis por 90% desse montante, enquanto as lavouras permanentes – com destaque para açaí, banana e cacau – representam cerca de 9%. A pecuária também é uma importante atividade econômica na região, contabilizando em 2019 mais

de 89 milhões de cabeças de gado.

Ainda que apresente expressiva importância na economia e na produção nacional, os indicadores socioeconômicos da região são menos positivos e não refletem essa realidade. O valor do PIB per capita da região, por exemplo, representa do valor do PIB per capita nacional. No caso do estado do Pará, esse valor só chega a pouco mais da metade da média do país³ (Santos et al, 2021). A Amazônia Legal também apresenta, de maneira geral, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) inferiores à média brasileira, apesar de seu crescimento nas últimas décadas. No ano de 2010⁴, 86% dos municípios da Amazônia Legal apresentavam IDHM considerado baixo (Atlas de

³ Segundo dados do IBGE e do Banco Central do Brasil compilados por Santos e outros (2021), o PIB Real per capita do Brasil em 2018 foi de R\$ 33,6 mil por habitante, enquanto da Amazônia Legal foi de R\$ 22,3 mil e do Pará, de R\$ 19 mil por habitante.

⁴ Ano do último Censo IBGE.

Desenvolvimento Humano no Brasil).

Esse cenário socioeconômico desprivilegiado em relação ao restante do país reflete em grande medida o histórico de colonização e desenvolvimento econômico na região, que se deu, especialmente durante o período militar, a partir de incentivos governamentais à imigração e à ocupação com a expansão da produção agropecuária, com base num modelo de desenvolvimento baseado na exploração descontrolada de recursos naturais, degradação ambiental e violência (BECKER, 2001) e geralmente pouco alinhado aos interesses e demandas dos povos amazônicos. A Constituição de 1988 e a crescente preocupação com as questões ambientais, contudo, estimulam o estabelecimento, na década de 1990, de projetos de apoio a comunidades tradicionais e à agricultura familiar, bem

como de assentamento e áreas protegidas, que ocorrem simultaneamente à expansão de uma agricultura mais moderna e capitalizada na região, representada principalmente pelo cultivo de soja e pela intensificação da pecuária.

Na década de 2000, são desenvolvidas políticas voltadas ao fortalecimento de povos e comunidades tradicionais, em toda sua diversidade (BOITO JÚNIOR & BERRINGER, 2014). No entanto, essas foram gradualmente paralisadas nos últimos anos e atualmente apresentam poucas perspectivas de avanço. É nesse contexto, e à luz dos inúmeros desafios sociais e ambientais da região, que se coloca a discussão sobre a ampliação do acesso da agricultura familiar à ATER como parte fundamental no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia.



3.2 Políticas de ATER na Amazônia

O histórico de desenvolvimento da Amazônia também teve impacto nas políticas e acesso à ATER na região. Para além do processo de ocupação, muitas vezes dissociado de investimentos em infraestrutura e serviços, as particularidades da região – que também variam imensamente no vasto território – influenciam tanto nas potencialidades e vocações regionais quanto nos gargalos e desafios mais latentes para a agricultura familiar (BECKER, 2001). Essas especificidades – regionais, locais e da família –, assim como os saberes e conhecimentos tradicionais, foram historicamente pouco valorizadas pela maior parte das políticas de ATER desenvolvidas na região.

As políticas federais de desenvolvimento rural e ATER tampouco definiram abordagens diferenciadas que considerassem as características de cada uma das regiões do país. Nem mesmo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que instituiu uma perspectiva mais moderna e inovadora à ATER, garantiu que os recursos transferidos às suas entidades executoras fossem compatíveis, no caso da região Norte, com o baixo IDH, as dificuldades de acesso, o número de estabelecimentos agropecuários e, principalmente, com o histórico de desassistência aos agricultores e agricultoras na região.

Embora excepcionais, houve iniciativas em âmbitos federal e estadual buscando contemplar as particularidades e potencialidades da região Amazônica. Vale destacar, entre elas, o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) e as políticas públicas estabelecidas pelos governos estaduais do Acre e do Amapá. A interrupção dessas iniciativas, ainda que estivessem trazendo aprendizados e resultados positivos, reforça a importância de se buscar e implementar soluções inovadoras e duradouras para a ampliação do serviço de ATER na região sob uma perspectiva que contemple sua diversidade e complexidade.

Com um histórico de exploração dos recursos naturais e baixo alinhamento com as demandas locais, o desenvolvimento da Amazônia passa agora pela ampliação do acesso de agricultores familiares à ATER



PROAMBIENTE: Agricultura e conservação em harmonia

Implementado em 11 polos de agricultura familiar e agroextrativismo nos estados da Amazônia Legal (Almeida et al, 2017), PROAMBIENTE foi originalmente idealizado e executado por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e povos e comunidades tradicionais, sendo incorporado em 2004 pelo Ministério do Meio Ambiente (Hirata, 2006; Almeida et al, 2017). O programa visava a promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e do pagamento por serviços ambientais (PROAMBIENTE, 2003). Apesar de os instrumentos e a abordagem serem considerados inovadores – por terem se pautado na agroecologia, na valorização do conhecimento tradicional e em metodologias participativas (Almeida et al, 2017) – e dos resultados positivos obtidos entre os agricultores participantes, como a redução do desmatamento, das queimadas e do uso de agrotóxicos e a diversificação da produção, o programa não foi consolidado enquanto política pública e teve seus recursos cancelados em 2005 (Almeida et al, 2017; Lassmann, 2020). No que se refere às iniciativas estaduais, a experiência do Amapá – entre os anos de 2006 e 2007 – se diferencia pela criação de órgãos específicos de ATER para cada setor da produção rural do estado (florestal, pesca e agropecuária). A partir dessa divisão, foi estabelecido o Programa

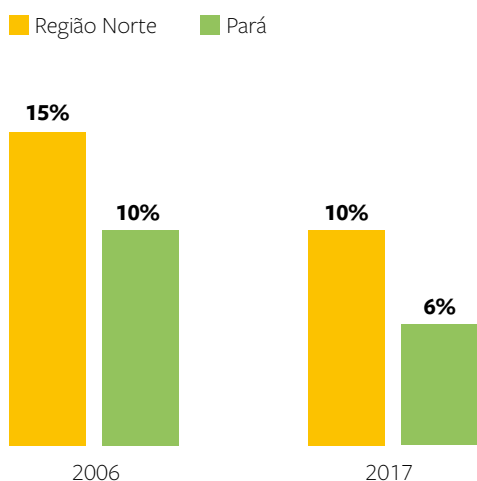
Pró-Extrativismo, um modelo de ATER voltado ao fortalecimento do manejo florestal das cadeias produtivas com aptidão natural do estado, como açaí, cipó, castanha e madeira. A estratégia também continha um componente de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), em que o produtor recebia uma remuneração de R\$ 2 mil para realizar o manejo florestal em áreas entre 3 e 5 hectares. Assim como ocorreu com o PROAMBIENTE, a iniciativa foi paralisada com pouquíssimo tempo de implementação, por conta de uma transição de governo em 2007. Já o governo do Acre, com o objetivo de endereçar alguns dos problemas mapeados no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), estruturou, a partir de 2008, uma rede local de ATER, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O componente de ATER tinha como pano de fundo o apoio às cadeias produtivas da sociobiodiversidade, em um contexto de valorização de ativos ambientais por meio de uma estratégia de REDD e PSA, com foco na manutenção das áreas de Reserva Legal e na estruturação de um programa de formação de agentes agroflorestais. A ausência de jurisprudência nacional para uma política de pagamento por serviços ambientais e, na sequência, o processo de revisão do Código Florestal, reduziram a velocidade e a amplitude das ações propostas.

3.3 Oferta e acesso à ATER na Amazônia e no Pará

O Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, revelou que a **cobertura da ATER no território amazônico ainda é bastante reduzida em relação ao restante do país**. Enquanto o índice de atendimento nacional da ATER é de 20%, na região Norte é de apenas 10% e ainda menor no estado do Pará (6%) (**gráfico 5**). A cobertura em 2017 era ainda mais baixa do que aquela registrada pelo Censo Agropecuário 2006, tanto em nível nacional quanto na região Norte e no Pará.

Gráfico 3.

Variação de cobertura de ATER na região Norte e no Pará entre os anos de 2006 e 2017



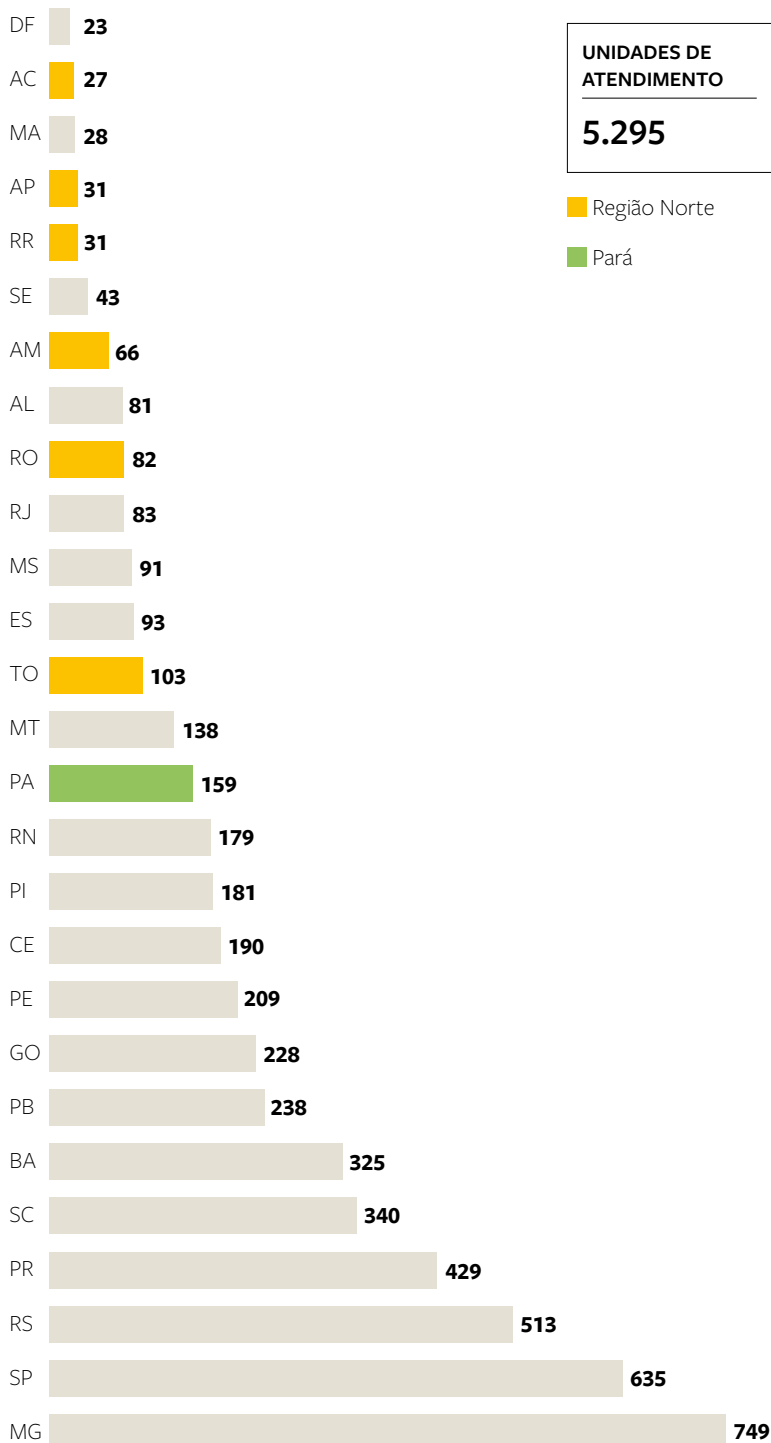
Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabela 842 e Censo Agropecuário 2017 – tabela 6780, elaboradas pela Fundação Solidaridad

A baixa cobertura no Norte é consistente com o número de unidades de atendimento de entidades de ATER nos estados dessa região, inferior ao restante do país. Esses estados concentram juntos apenas 9% das cerca de 5 mil unidades existentes em 2017 (**gráfico 4**) (ASBRAER, 2021). Entre eles, o Pará é o que conta com o maior número de unidades de atendimento (159), tendo ao menos um escritório da EMATER para cada um de seus 144 municípios. O estado também está

entre os que possuem os maiores números de beneficiários do serviço de ATER do país, sendo o maior da região Norte, aproximando-se de 132 mil (**gráfico 5**).

Gráfico 4.

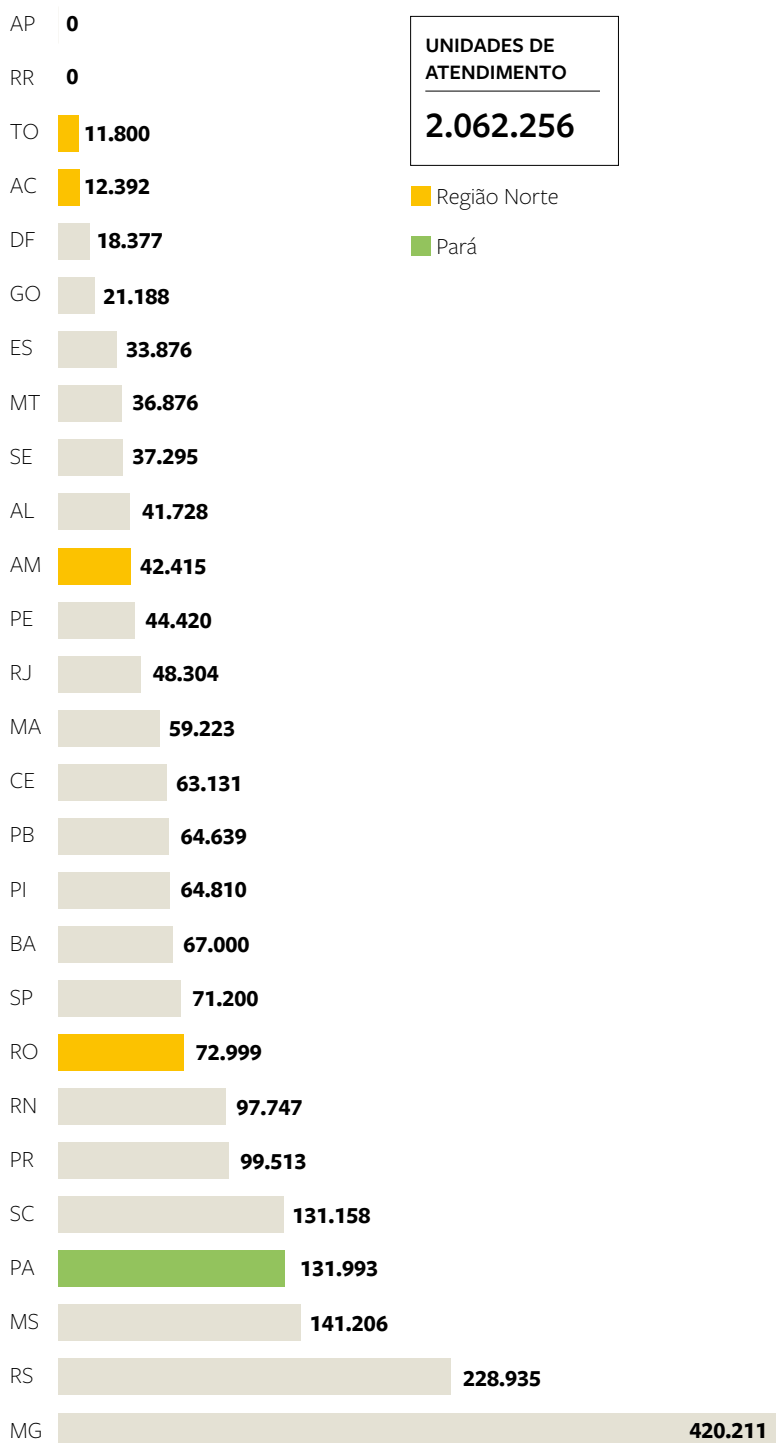
Brasil - Total de unidades de atendimento por UF (2017)



Fonte: ASBRAER, 2021

Gráfico 5.

Beneficiários atendidos por UF



Fonte: ASBRAER, 2021

É nesse estado, também, que os técnicos atendem – individualmente – ao maior número de estabelecimentos, o que possivelmente impacta na assiduidade e na qualidade do serviço prestado. Enquanto essa proporção na região Norte é de 158 estabelecimentos por técnico, no Pará é de 191 – quase duas vezes o recomendado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 80 a 100 estabelecimentos por técnico.

Além da variação importante entre as coberturas e as estruturas de atendimento nacionais e aquelas observadas na região Norte e no estado do Pará, nota-se ainda que a participação dos diferentes agentes de ATER na oferta do serviço também varia entre essas escalas. Na Amazônia, o papel dos agentes governamentais na prestação do serviço de ATER é mais relevante: enquanto no Brasil 38% dos estabelecimentos que recebem alguma orientação técnica são atendidos por atores do governo, essa participação é de 67% na região Norte e de 52% no Pará (**gráficos 6 e 7**), indicando que **os produtores desses locais são ainda mais dependentes das políticas e recursos destinados à ATER pelo poder público do que no restante do país.**

Ainda assim, a participação da ATER própria, ou seja, aquela contratada pelo produtor, mostrou-se relevante nesses locais, representando 24% dos estabelecimentos atendidos na região Norte e 30% no estado do Pará.

Já as cooperativas, que desempenham uma participação considerável em escala nacional (25% dos estabelecimentos), têm um papel menos expressivo no apoio técnico aos agricultores e agricultoras na região Norte e no Pará, representando 4% e 7%, respectivamente. A expansão da atuação dessas organizações em atividades de ATER na região se apresenta como oportunidade para garantir o acesso de uma parcela maior de famílias a esse serviço.

Gráfico 6.

Origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários

Região Norte Pará

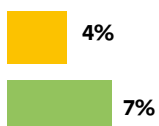
Governos (federal, estadual ou municipal)



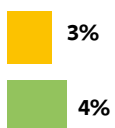
Própria ou do próprio produtor ou produtora



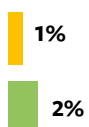
Cooperativas



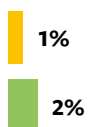
Empresas integradoras



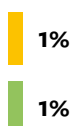
Empresas privadas de planejamento



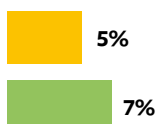
Organizações Não Governamentais (ONGs)



Sistema S



Outra



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017 – Tabela 6780, elaborada pela Fundação Solidaridad

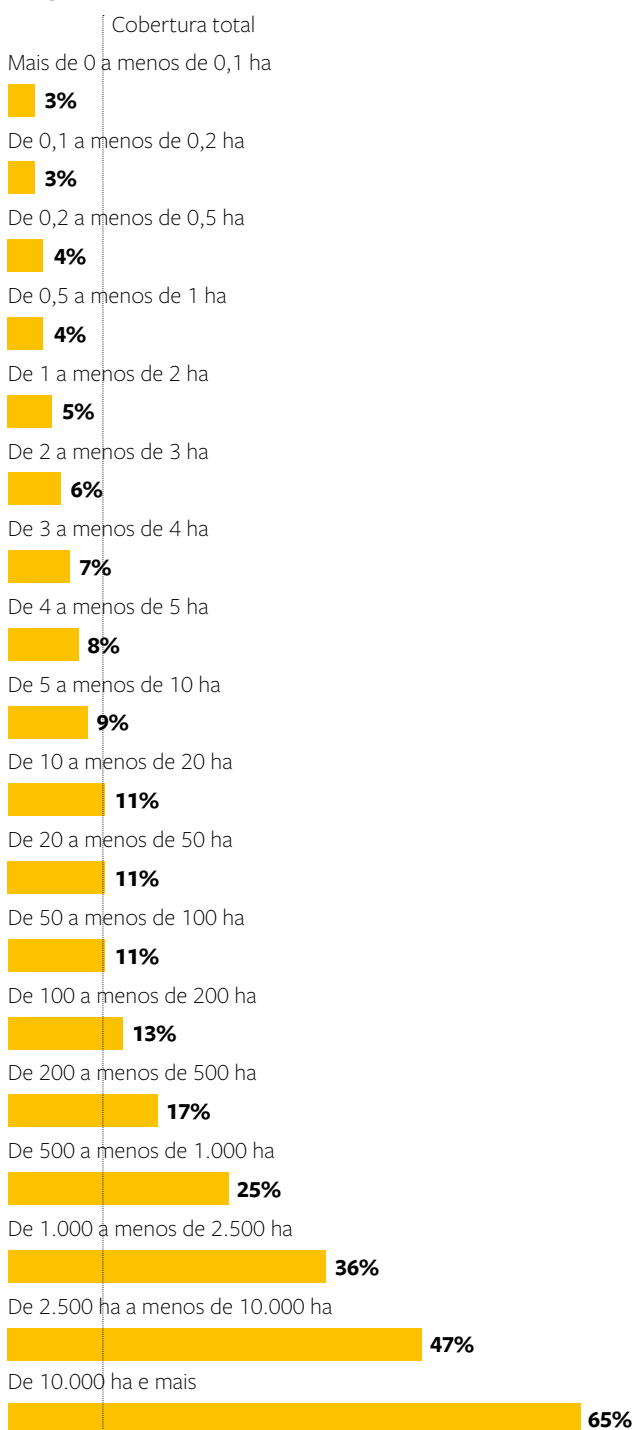
A cobertura da ATER tampouco é uniforme quando se compara diferentes classes de áreas de estabelecimentos agropecuários: o serviço de ATER alcança maior cobertura à medida que o tamanho da propriedade aumenta. Por exemplo, na região Norte, enquanto o atendimento na classe que engloba os estabelecimentos que

têm entre 20 e 50 hectares é de apenas 11%, chega a quase 50% naqueles com mais de 2.500 hectares (**gráfico 8**). No Pará, as menores classes de área estão ainda mais desassistidas desse serviço, com 6% de cobertura nos estabelecimentos que têm entre 20 e 50 hectares. Entre os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, a cobertura no estado se aproxima dos 42% (**gráfico 9**).

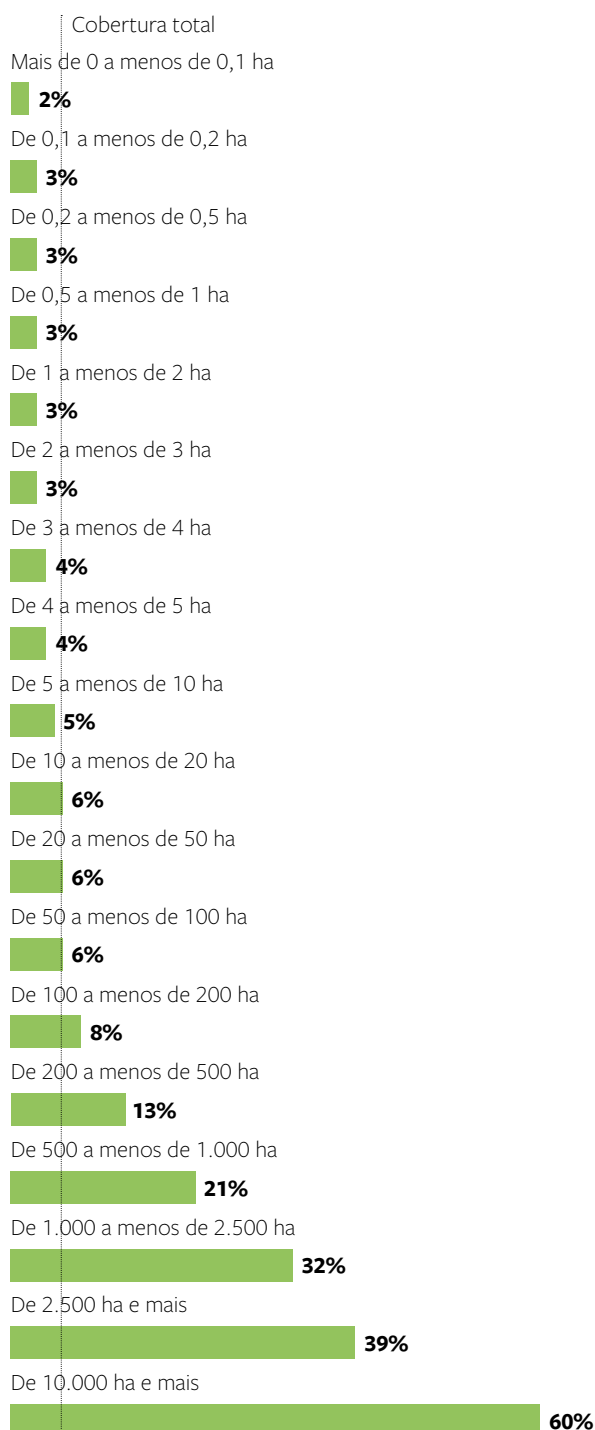
Gráficos 8 e 9.

Variação da cobertura de ATER por classes de área dos estabelecimentos agropecuários

Região Norte



Pará



A desigualdade e iniquidade de gênero no acesso à ATER

A desigualdade no acesso aos serviços de ATER também tem um recorte de gênero. Ela se insere num contexto histórico em que o trabalho feminino, especialmente na área rural, foi – e ainda é, em grande medida – considerado secundário quando comparado ao trabalho masculino, desvalorizando sua importância e sua contribuição na produção agropecuária e na geração de renda da família. A partir da percepção de que à mulher caberia somente o papel reprodutivo e doméstico, a gestão e tomada de decisão são concentradas principalmente nas mãos dos homens, o que reforça a vulnerabilidade e dependência das mulheres, especialmente em comunidades isoladas e de difícil acesso. Ainda que o tema tenha sido contemplado na PNATER e em chamadas específicas para mulheres, essa concepção ainda é predominante nas políticas de ATER, que, como outras políticas de desenvolvimento rural, têm geralmente o homem como principal interlocutor. Isso reflete na oferta do serviço de ATER a esse gênero, como evidenciou o Censo Agropecuário 2017: apesar de dirigirem 19% dos estabelecimentos no país, as mulheres representam apenas 11% do público beneficiado

pelo serviço de ATER. Na região Norte e no estado do Pará, embora dirijam igual parcela de estabelecimentos, a representatividade do gênero feminino no público de ATER é ligeiramente maior, atingindo 15% e 16%, respectivamente (IBGE, 2018). Uma ATER comprometida com a promoção da autonomia econômica das mulheres e seu reconhecimento como agricultoras se coloca como elemento fundamental para a redução das desigualdades de gênero no campo, promoção do acesso das mulheres a políticas públicas e redução dos desafios e riscos a que elas estão expostas. Também é capaz de alavancar resultados positivos para além da questão de gênero, como na organização coletiva, verticalização da produção, acesso à educação e sucessão familiar. Nesse sentido, é importante que as iniciativas de ATER contemplem ações afirmativas e sejam formuladas e executadas levando em conta metodologias e abordagens inclusivas, que reconheçam e garantam a participação e o protagonismo das mulheres nas ações voltadas à ATER e, conseqüentemente, no estabelecimento agropecuário e no processo produtivo (Butto & Hora, 2008).



Uma ATER comprometida com a autonomia econômica das mulheres traz resultados positivos para além da questão de gênero

3.4 Acesso da agricultura familiar à ATER no Pará

Os dados apresentados anteriormente demonstram que a situação de desassistência da agricultura familiar – que representa 83% dos estabelecimentos agropecuários da região Norte e 85% do estado do Pará – é mais grave nas propriedades menores.

Esta seção busca analisar com maior profundidade o acesso à ATER nesses estabelecimentos, a partir de um olhar voltado especialmente ao estado do Pará. As análises dos dados do Censo Agropecuário realizadas sob esse recorte consideraram que os estabelecimentos da agricultura familiar são aqueles englobados pela classe de área de 200 a 500 hectares e todas as classes inferiores a ela.

Como definimos os estabelecimentos da agricultura familiar do Pará neste estudo

Para determinar as classes de áreas utilizadas pelo IBGE que contemplam os estabelecimentos da agricultura familiar, foram consideradas duas premissas:

i) a definição da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006), em que o agricultor familiar e empreendedor familiar rural é, essencialmente, aquele que possui uma área inferior a quatro módulos fiscais e utiliza predominantemente mão de obra familiar;

ii) o tamanho do módulo fiscal nos municípios do Pará, que atinge no máximo 75 hectares.

Considerando essas premissas*, as propriedades da agricultura familiar nesse estado teriam no máximo 300 hectares.

Sob esse recorte, nota-se que a cobertura do serviço de ATER nas propriedades da agricultura familiar é ainda menor que a cobertura na totalidade dos estabelecimentos agropecuários do estado, atingindo apenas cerca de 5%, enquanto a cobertura total no estado é de 6%. Ou seja, **95% dos estabelecimentos da agricultura familiar do estado do Pará não têm acesso a qualquer tipo de serviço de ATER.**

Mesmo entre aqueles que são assistidos, no entanto, observa-se variações na origem do serviço e na cobertura, em função do perfil da propriedade.

Por exemplo, ainda que os agentes governamentais representem a principal fonte de ATER para estabelecimentos da agricultura familiar no estado (58%), a importância da sua participação diminui conforme cresce o tamanho do estabelecimento (**gráfico 10**). Tendência contrária é observada na participação da ATER própria, que se torna mais relevante nos estabelecimentos maiores e chega a superar a ATER pública em estabelecimentos entre 200 e 500 hectares.

De forma semelhante, os estabelecimentos com menor valor de produção tendem a depender mais da ATER governamental, cuja participação é menor nesses estabelecimentos, enquanto aqueles com maior valor de produção tendem a contratar ATER própria (**gráfico 11**).

**O uso dessas premissas, contudo, impede que sejam excluídos da análise diversos estabelecimentos que obtêm parte relevante de sua renda a partir de benefícios previdenciários e que talvez não sejam classificados como estabelecimentos da agricultura familiar, uma vez que a lei também estabelece como requisito para classificação nessa categoria que o agricultor tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Da mesma forma, foram englobados estabelecimentos com área entre 300 e 500 hectares, que assim teriam área superior a quatro módulos fiscais e, portanto, não seriam considerados estabelecimentos da agricultura familiar.*

Gráfico 10.

Cobertura de ATER de diferentes origens por classes de áreas dos estabelecimentos agropecuários familiares no Pará (2017)

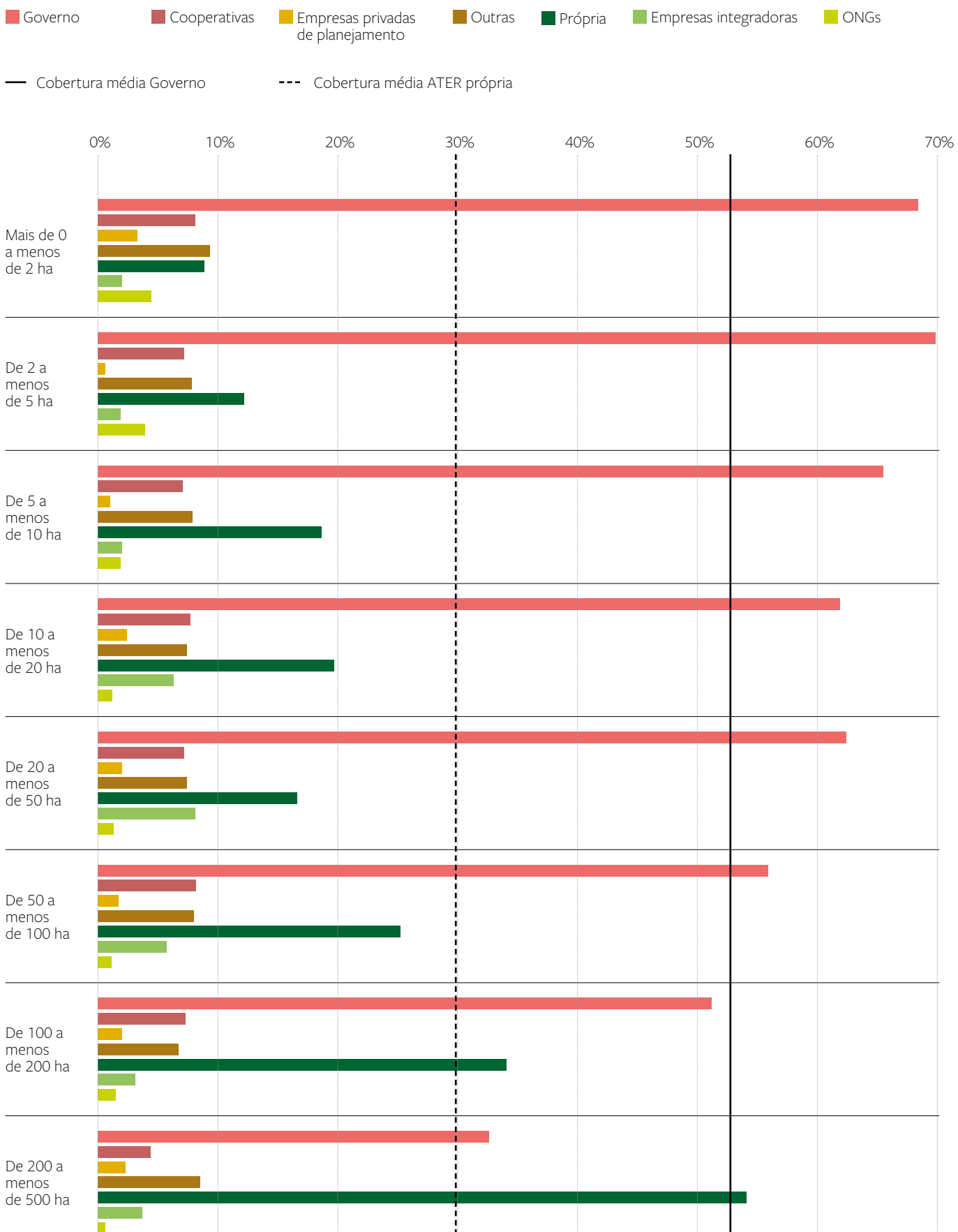
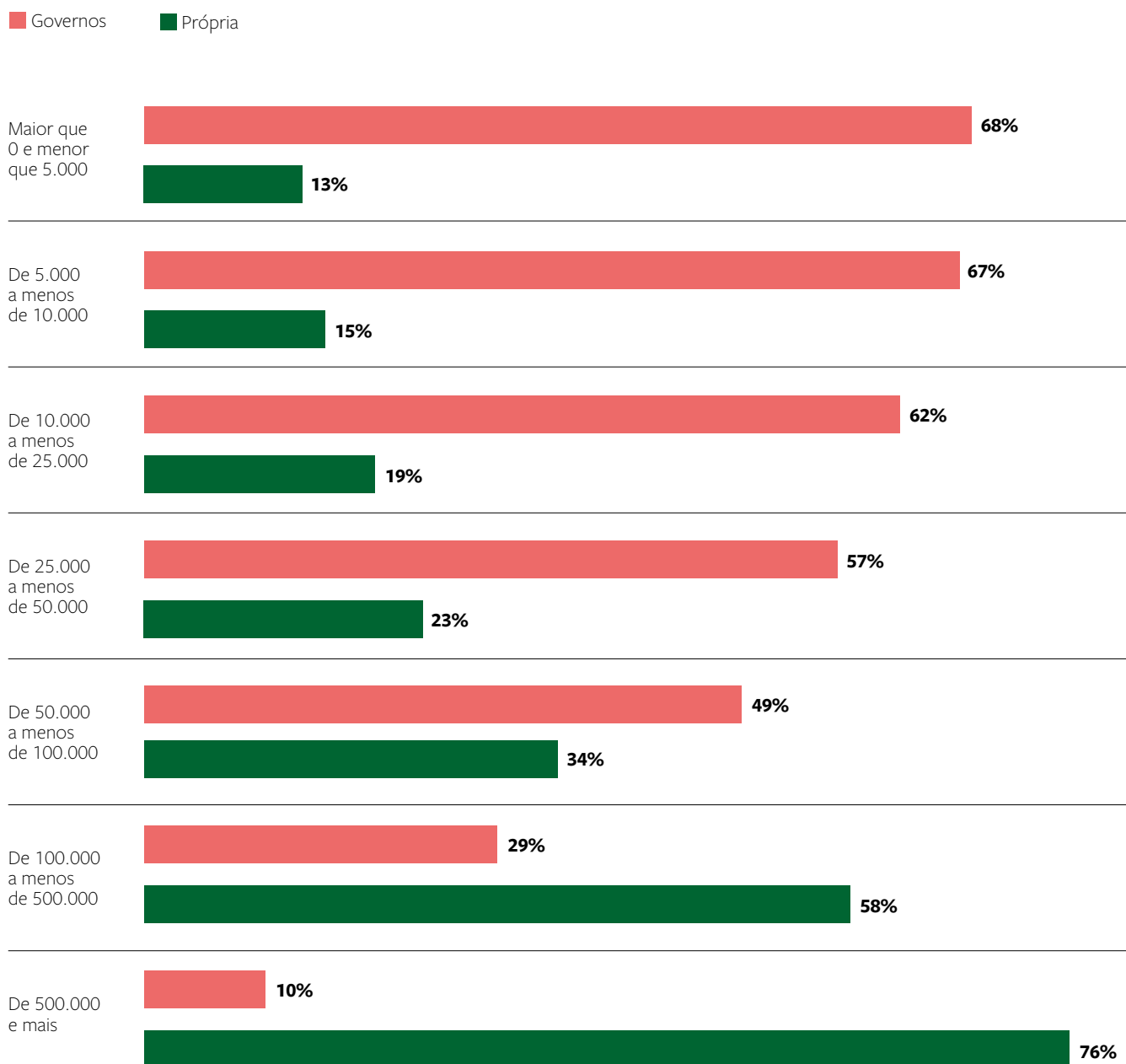


Gráfico 11.

Cobertura de ATER (governamental e própria) por classes de valor de produção dos estabelecimentos agropecuários no Pará (2017)



Fonte: Censo Agropecuário IBGE 2017 – Tabela 6789, elaborada pela Fundação Solidaridad

Esses dados sugerem que os agricultores e as agricultoras que possuem áreas maiores e/ou são mais capitalizados reconhecem a importância da ATER para melhoria de sua produtividade e lucratividade a ponto de pagarem por ela – deixando de depender da oferta pública do serviço que, como visto, é insuficiente.

“Os grandes produtores muitas vezes acessam a assistência técnica privada. O pequeno depende de uma assistência pública, cada vez mais escassa.”

Rodrigo Castro, Diretor de País da Fundação Solidaridad

Preenchendo o vazio da ATER na Amazônia



Os dados apresentados evidenciam disparidades no acesso à ATER e a existência de um vazio de cobertura, que se ampliou nos últimos anos, especialmente no que se refere à agricultura familiar na Amazônia. Também demonstram que, enquanto agricultores e agricultoras familiares permanecem dependentes do sistema público de ATER e são na maioria das vezes desassistidos, estabelecimentos maiores e mais capitalizados têm reconhecido a importância desses serviços para a melhoria de sua produtividade e renda, preenchendo esse espaço por conta própria com a contratação de agentes privados. Também se observa uma oportunidade de crescimento da atuação das cooperativas, principalmente na Amazônia, onde ainda têm participação pouco significativa na oferta de ATER.

A Assistência Técnica e Extensão Rural, por promover o conhecimento e o acesso

à tecnologia, é um potente catalisador de transformações no campo, capaz de impactar positivamente famílias e territórios sob os aspectos produtivo, socioeconômico e ambiental, além de fortalecer organizações sociais e a cooperação entre agricultores. Esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento rural e para estabelecer condições para uma economia sustentável e inclusiva.

Apesar de avanços obtidos no passado, as instabilidades decorrentes das mudanças de governo, políticas públicas e recursos destinados à ATER, cada vez mais reduzidos, têm oferecido perspectivas pouco promissoras no que diz respeito ao acesso de famílias produtoras. Nesse cenário, é premente que se busque soluções para viabilizar e alavancar o acesso da agricultura familiar a esse serviço. Mais do que isso, é necessário promover ambientes facilitadores para

Com a ausência do poder público, organizações do terceiro setor como a Solidaridad vêm fornecendo ATER a famílias produtoras e promovendo sua inclusão socioeconômica

garantir que sua oferta e qualidade se sustentem e alcancem um número cada vez maior de famílias e tragam benefícios em escala territorial e regional.

“A Amazônia brasileira precisa de arranjos institucionais que fortaleçam as organizações sociais e, conseqüentemente, melhorem os indicadores socioeconômicos da região.”

Mariana Pereira, Gerente de Meio Ambiente e Qualidade da Fundação Solidaridad

Com essa perspectiva, a **Solidaridad desenvolveu um modelo de atuação focado na alavancagem do acesso ao serviço de ATER por famílias produtoras, que vem trazendo bons resultados e perspectivas promissoras de expansão e replicação.**

4.1 A ATER como estratégia para o desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável

O modelo de atuação desenvolvido pela **Fundação Solidaridad** visa a criar um ambiente favorável à expansão e à sustentabilidade da oferta de ATER a partir da construção de conhecimento e autonomia dos produtores e das organizações locais. Para tanto, baseia-se fundamentalmente em dois elementos:

- Investimento num ciclo inicial gratuito de ATER integrada e de qualidade;
- Incubação e fortalecimento institucional de organizações locais (como associações, cooperativas ou mesmo pequenas empresas e startups), para que assumam integralmente o serviço ao final do ciclo de implementação do modelo.

O modelo proposto foi estruturado num ciclo de cinco anos, em que nos três anos

iniciais as atividades de ATER são realizadas exclusivamente pela equipe da **Solidaridad**, de forma subsidiada, promovendo um primeiro contato dos produtores com esse serviço e, assim, uma oportunidade para que reconheçam o valor e os benefícios potenciais que ele pode trazer à sua propriedade e suas condições de vida. Ao mesmo tempo, organizações locais são apoiadas por um processo de incubação, para que fortaleçam sua estrutura de governança e sejam capacitadas e instrumentalizadas para operar um sistema de ATER de alta qualidade e com olhar sistêmico para a propriedade.

Espera-se, portanto, que uma experiência positiva com a ATER leve os produtores a perceber os benefícios, não somente da adoção de boas práticas produtivas, como da orientação técnica, de modo que, a partir do quarto ano, estejam dispostos e tenham condições financeiras – em função do incremento de produtividade e renda promovido pela adoção de melhores práticas produtivas – de investir recursos na contratação de um serviço de ATER.

“É importante deixar de lado a ideia de que a assistência técnica é algo que deve vir em segundo plano quando pensamos na produção agropecuária. Sendo assim, é preciso sensibilizá-los sobre a importância de se investir na ATER.”

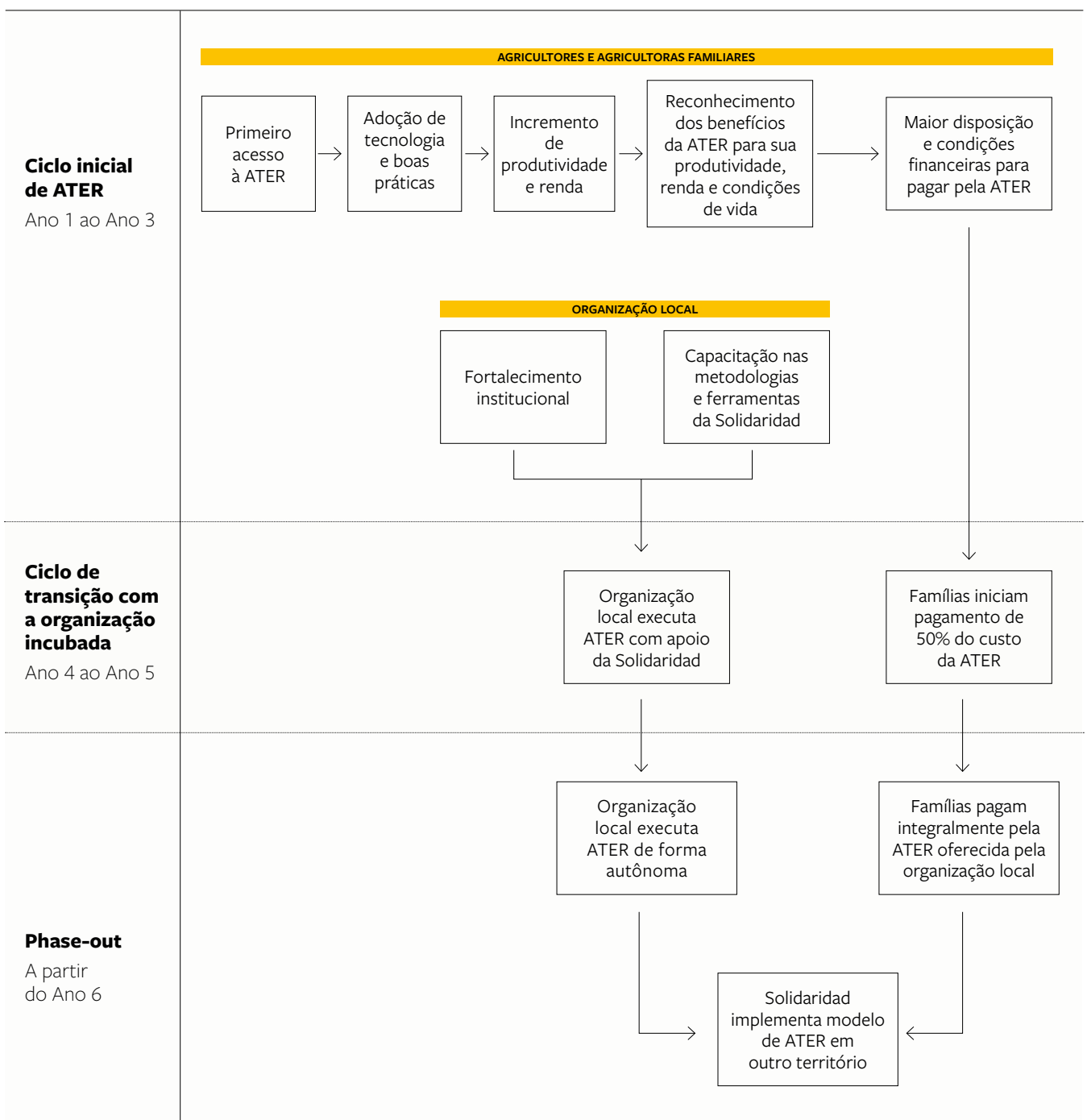
Ney Ralison, Diretor Vice-Presidente da Coopercau

Assim, após o ciclo inicial gratuito, o trabalho de ATER passa a ser executado pela organização local incubada, e seu custo gradualmente pago pelo produtor. No quarto ano, o custo da ATER é compartilhado entre as famílias e a **Solidaridad**, que oferece um subsídio de 50%, e no quinto ano, o produtor passa a realizar o pagamento integralmente. Espera-se que, ao final de cinco anos, a continuidade na prestação dos serviços de ATER seja viável financeiramente e operacionalmente, com condições de se dar de forma autônoma e sustentável. Assim, o papel da **Solidaridad** – ou

de outra instituição que conduza a implementação do modelo – deixará de ser relevante e poderá deixar o território e replicá-lo em outras regiões e junto a outras organizações locais, expandindo o acesso da agricultura familiar à ATER. A **figura 2** sintetiza o modelo proposto.

Figura 2.

Síntese do ciclo de implementação do modelo de ATER proposto pela Solidaridad



4.1.1 O serviço de ATER oferecido

O sucesso do modelo depende, primordialmente, da melhoria de produtividade e renda do produtor, levando ao reconhecimento dos benefícios da ATER e, assim, estimulando seu engajamento e disposição em pagar por ela. Dessa forma, a **qualidade do serviço de ATER prestado nos anos iniciais do ciclo**

é fundamental para a viabilidade do modelo proposto, assim como o fortalecimento da organização local para dar continuidade à execução e qualidade desse serviço por meio de metodologias e ferramentas propostas pela **Fundação Solidaridad** – ainda que adaptadas ao perfil e características da própria organização.

Para que alcance esses objetivos, o programa de ATER foi estruturado em quatro pilares (**figura 3**).

Figura 3.

Pilares do serviço de ATER oferecido pela Fundação Solidaridad



Visitas técnicas individuais

As famílias atendidas recebem, individualmente, entre quatro e oito visitas anuais dos técnicos de ATER à sua propriedade.



Treinamentos coletivos

As famílias participantes do programa de ATER têm acesso a treinamentos coletivos que complementam a orientação técnica prestada nas visitas individuais, além de oferecer uma oportunidade de troca de experiências e saberes entre agricultores, agricultoras e técnicos sobre as práticas produtivas propostas.



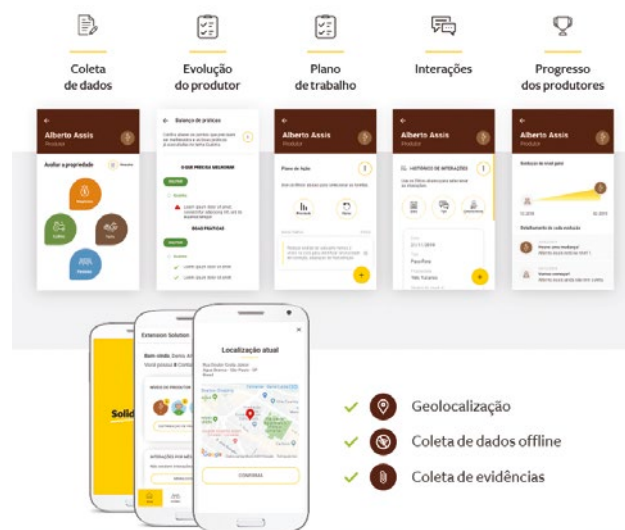
Unidades demonstrativas (UDs)

São áreas dentro de propriedades participantes onde são testadas as práticas propostas e realizados os treinamentos coletivos. As UD's têm como objetivo validar as práticas de manejo propostas pela equipe técnica, embasar o modelo de viabilidade econômica dessas atividades e propiciar espaços de aprendizado e disseminação de boas práticas.



Uso de ferramentas digitais

A **Solidaridad** desenvolveu uma ferramenta digital para apoiar as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural: o Extension Solution, utilizada pelos técnicos de ATER. O aplicativo foi desenvolvido para auxiliar os técnicos no planejamento e gestão do programa de ATER, além de monitorar os resultados obtidos pelas famílias assistidas.



Telas de comando do aplicativo Extension Solution

Com esses pilares, o programa de ATER propicia um processo de melhoria e aprendizagem contínua, que leva em conta uma perspectiva integrada da propriedade e de valorização dos saberes dos agricultores e agricultoras.



O modelo de ATER criado pela Fundação Solidaridad prevê visitas técnicas individuais e uso de ferramentas digitais

4.1.2 O impacto da ATER na renda das famílias

Uma vez que o sucesso do modelo de negócio proposto dependia do incremento de renda obtido a partir da adoção de práticas propostas dentro do programa de ATER, foi realizada uma análise da viabilidade econômica do modelo tendo como referência a situação inicial média das propriedades participantes em termos de uso do solo e do incremento de produtividade e renda observado nas propriedades participantes. A análise se baseou em dois cenários de

adoção de boas práticas e tecnologias (Cenário Melhorado e Cenário Melhorado Intensificado), que foram comparados com o cenário inicial das propriedades antes de participarem do programa de ATER (Linha de base). Foi considerado o uso do solo médio entre as famílias – em que, num lote de 50 hectares, 21 hectares são destinados à pecuária, cinco ao cultivo de cacau e 24 são mantidos com floresta nativa. A **figura 5** descreve os estágios de adoção tecnológica em cada um dos cenários traçados.

Figura 5.

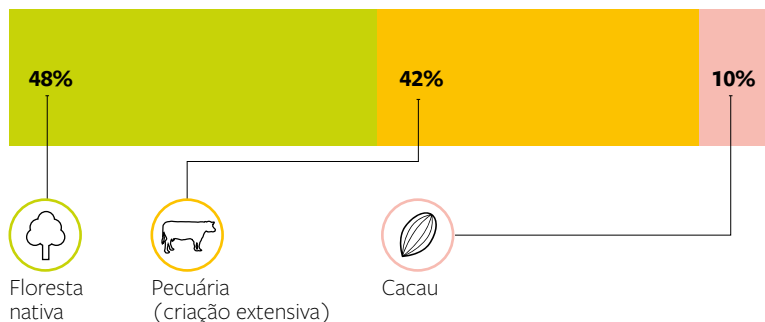
Cenários do modelo de viabilidade econômica

CENÁRIOS

USO DO SOLO

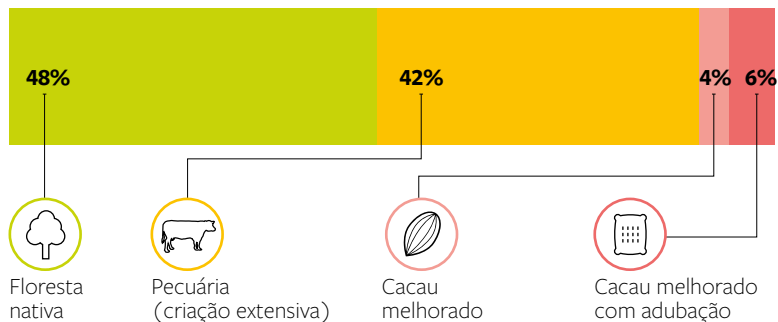
Linha de base

Representa o cenário anterior ao programa, ou seja, sem adoção de práticas de poda, monitoramento e controle de pragas e doenças e gestão da fertilidade do solo na lavoura de cacau e a pecuária extensiva na totalidade da área de pastagem da propriedade.



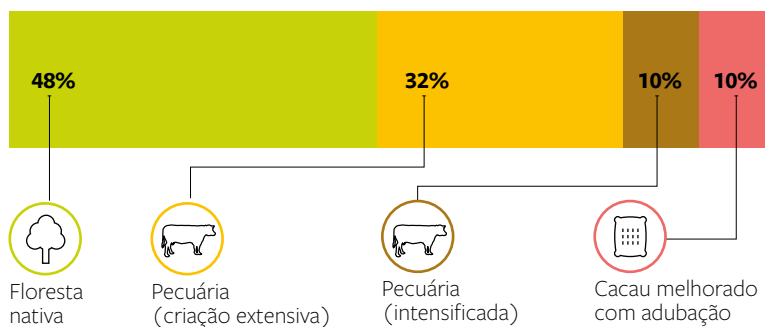
Cenário Melhorado

Consiste no manejo nutricional (adubação) em três hectares de sistema agroflorestal com cacau e a adoção de práticas de poda e controle sanitário na sua totalidade (cinco hectares). Esse cenário não contempla práticas voltadas à intensificação da produção pecuária, cuja adoção é mais dispendiosa, portanto, considerou-se a pecuária extensiva em 21 hectares da propriedade.



Cenário Melhorado Intensificado

Considera a adoção de práticas de poda, controle de pragas e doenças e manejo da fertilidade do solo na totalidade da área de cacau (cinco hectares), além da intensificação da pecuária pelo pastejo rotacionado em cinco dos 21 hectares de pastagem.











Considerando os custos de adoção das práticas, ganhos de produtividade e rentabilidade dos diferentes modelos produtivos obtidos nas propriedades participantes e nas UD's, além dos preços médios pagos pelo cacau e pelo gado ao

produtor na região, calculou-se o incremento de renda total para cada um dos cenários propostos. A **figura 6** traz as receitas previstas para cada um dos cenários e o incremento da renda anual com a adoção das práticas propostas.

Figura 6.

Uso do solo, produtividade e receitas nos três cenários do modelo proposto e custos do serviço de ATER

	Linha de base		Cenário Melhorado			Cenário Melhorado Intensificado		
Uso do solo	 Pecuária extensiva	 Cacau	 Pecuária extensiva	 Cacau melhorado	 Cacau melhorado com adubação	 Pecuária extensiva	 Cacau melhorado com adubação	 Pastejo rotacionado
Área (ha)	21	5	21	2	3	16	5	5
Produtividade (kg cacau/ha/ano) ou (@/ha/ano)	5	700	5	800	1.100	5	1.100	15
Receita líquida anual	R\$ 18.091,50	R\$ 26.835,00	R\$ 18.091,50	R\$ 12.130,42	R\$ 27.084,00	R\$ 13.784,00	R\$ 45.140,00	R\$ 16.592,50
Receita líquida anual total	R\$ 44.926,50		R\$ 57.305,92			R\$ 75.516,50		
Incremento de renda com adoção de tecnologia e boas práticas difundidas pela ATER	R\$ -		R\$ 12.379,42			R\$ 30.590,00		
Custo anual ATER	R\$ -		R\$ 3.500,00			R\$ 3.500,00		
Receita líquida anual (debitado o pagamento do serviço de ATER)	R\$ 44.926,50		R\$ 53.805,42			R\$ 72.016,50		
Renda mensal	R\$ 3.743,88		R\$ 4.775,49			R\$ 6.293,04		
Custo mensal de ATER	R\$ -		R\$ 291,66			R\$ 291,66		
Renda mensal com pagamento de ATER	R\$ -		R\$ 4.483,83			R\$ 6.001,38		



Os números mostram que o modelo de ATER da Solidaridad trouxe aumento de renda superior ao seu custo, comprovando sua viabilidade econômica

Esses resultados evidenciam que **o incremento de renda anual é significativamente superior ao custo anual estimado do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural por família.** Enquanto no cenário Melhorado o incremento da renda é de quase quatro vezes o custo da ATER, no cenário Melhorado Intensificado é mais de **nove vezes** esse valor. Ou seja, **cada real investido pela família no serviço de ATER será capaz de gerar um retorno de R\$ 4 no Cenário Melhorado e superior a R\$ 9 no Cenário Melhorado Intensificado.** Além disso, o custo da ATER é pouco

significativo na receita final do produtor após a adoção das práticas de manejo do cacau e intensificação da pecuária numa parcela da propriedade.

O custo do serviço de ATER no modelo de viabilidade econômica foi estimado considerando despesas relacionadas ao pagamento de pessoal e logística para o desenvolvimento das atividades e ferramentas da metodologia proposta pela **Solidaridad**, num modelo de ATER que prevê, além dos treinamentos coletivos e implementação de UD's, oito visitas técnicas anuais a cada família. **Esse custo foi estimado em R\$ 3.500,00 por produtor por ano em 2022.**

4.2 Estudo de caso: Alavancando o acesso à ATER no município de Novo Repartimento (PA) em parceria com a Coopercau

Em 2016, como parte do Programa Amazônia, a **Fundação Solidaridad** deu início à implementação das atividades propostas no desenho estratégico da iniciativa, no município de Novo Repartimento, localizado no sudeste do estado do Pará, às margens da Rodovia Transamazônica (BR-230), entre as regiões brasileiras com as maiores taxas de desmatamento. Tendo como público a agricultura familiar, o programa tem o objetivo de promover uma agropecuária sustentável e de baixo carbono na região por meio do uso eficiente do solo, de práticas que promovam a mitigação de gases do efeito estufa e a adaptação climática e do fortalecimento da governança ambiental do território. A iniciativa foi estruturada em três eixos: Manejo Produtivo e Gestão Financeira, Comercialização e Governança Ambiental. O modelo de ATER foi aplicado no primeiro eixo, contemplando:

i) o oferecimento pela **Solidaridad** de um ciclo inicial de ATER gratuita às famílias do assentamento Tuerê e **ii)** a incubação da Cooperativa dos Produtores de Cacau e Desenvolvimento Agrícola da Amazônia (Coopercau).

i) Serviço gratuito de ATER

A **Solidaridad** estruturou e passou a ofertar, a partir de 2016, um serviço de ATER gratuito a um grupo de 50 famílias do assentamento Tuerê. Fundado na década de 1980, o Tuerê ocupa mais de 200 mil hectares na zona rural de Novo Repartimento, abriga cerca de 3 mil famílias e é um exemplo do processo migratório e de ocupação desordenada da floresta

amazônica. Assim como ocorre com a maior parte dos agricultores familiares da região, os produtores e produtoras do Tuerê não são atendidos por políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

“Quando chegamos a Novo Repartimento, encontramos produtores com muita vontade de trabalhar, mas desassistidos tecnicamente. Ainda que tenham tido um suporte muito bom da CEPLAC no início da década de 2000, já não aplicavam nem o básico das boas práticas na produção de cacau.”

Paulo Lima, Gerente dos Programas de Cacau e Pecuária da Fundação Solidaridad

Considerando as atividades econômicas predominantes na região e entre as famílias do assentamento, o programa de ATER implementado se voltou principalmente à produção de cacau e à pecuária. Na cultura do cacau, a atuação dos técnicos teve como foco a adoção de práticas de manejo, como poda de formação, controle sanitário e manejo nutricional do solo, fundamentais para gerar um aumento de produtividade nas propriedades, além de práticas de pós-colheita (fermentação e secagem) e apoio à comercialização, visando a melhores preços e acesso a novos mercados. Com relação à pecuária, a atuação se voltou a boas práticas de manejo de pastagens, restauração ou recuperação de pastagens degradadas e intensificação sustentável da produção por meio de Sistema de Pastejo Rotacionado (SPR). Também foram desenvolvidas atividades voltadas à regularização ambiental e restauração florestal com Sistemas Agroflorestais (SAFs), estimulando também a diversificação produtiva da propriedade.

Além de se pautar numa abordagem de diálogo e construção do conhecimento a partir da valorização dos saberes locais, o modelo de ATER

implementado teve como premissa a igualdade de gênero, considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável nas cadeias produtivas em que a **Solidaridad** atua. Portanto, foi realizado um diagnóstico, buscando compreender os papéis desempenhados pelas mulheres no território e suas demandas e desafios, e se buscou fomentar a inclusão de gênero na estratégia de ATER por meio de abordagens e formatos que estimulassem e viabilizassem a participação das mulheres nas atividades – a partir da capacitação dos técnicos, alteração de horários de reuniões e realização de convites em nome das famílias, por exemplo.

ii) Incubação e fortalecimento da Coopercau

Desde a concepção do Programa Amazônia e início da atuação da **Solidaridad** na região, a Coopercau foi considerada uma parceira-chave para o sucesso da iniciativa, tendo em vista seu histórico e presença no território. Criada em 2002 em Novo Repartimento, a Coopercau atuou, entre os anos de 2010 e 2016, como entidade executora da PNATER, por meio de contratos com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a redução do orçamento e paralisação dos contratos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a partir de 2016, o serviço foi suspenso e a equipe de ATER da cooperativa – que chegou a atender quatro mil famílias – foi desmobilizada. Nos últimos anos, a atividade da cooperativa se concentrou principalmente na comercialização de cacau de produtores da região.

Visando ao seu fortalecimento e à retomada de sua atuação como agente de ATER, dessa vez por meio do pagamento pelos agricultores, num arranjo independente do sistema público de ATER, a **Solidaridad** envolveu a Cooperativa num processo de incubação e desenvolvimento organizacional.

“A gente tem sido parceiro da Solidaridad desde sua chegada ao município. Temos somado os esforços para fazer com que os nossos produtores tenham melhores resultados em suas lavouras e seus sistemas produtivos.”

Antônio Queiroz, Presidente da Coopercau

Esse processo contou com diversas atividades realizadas de forma participativa, como *workshops* para identificação do estágio de maturidade da instituição e suas potencialidades, bem como a articulação de parcerias visando ao acesso a novos mercados, ao fornecimento de insumos e à reestruturação organizacional da cooperativa. Essa parceria almejou a reformulação do sistema de governança e modelo de negócio da Coopercau, buscando atender às suas necessidades e expectativas. Para esse trabalho de estruturação organizacional, a **Solidaridad** contou com o suporte da organização Conexsus.



“A partir da base estabelecida pela Solidaridad, conduzimos um processo de coconstrução do novo modelo de negócios com eles. Dessa forma, desenvolvem maior clareza de onde estão, para onde querem ir e quais partes eles precisam trabalhar para chegar lá.”

Cecília Simões, Gestora de Projetos da Conexsus

Esse trabalho já trouxe resultados positivos à atuação da Cooperativa e seus membros, como o investimento na verticalização da produção, o acesso a novos mercados e a regularização jurídica e contábil da cooperativa. Um exemplo é o beneficiamento e a comercialização de subprodutos de cacau (cacau em pó e nibs)

por meio de uma plataforma on-line.

Como parte da estruturação do ambiente institucional necessário à perpetuação do modelo de ATER proposto, o programa também capacitou 91 técnicos da Cooperativa e da região.

“Criar esse ambiente favorável para o fortalecimento do serviço de assistência técnica local busca também que esse modelo se torne autônomo e possa ser replicado pelas agências de assistência técnica e cooperativas após a saída da Solidaridad do território.”

Paulo Lima, Gerente dos Programas de Cacau e Pecuária da Solidaridad

A parceria entre a Fundação Solidaridad e a Coopercau possibilitou aos produtores maior desenvolvimento técnico e orientações para o seu modelo de negócios



4.2.1 Empoderando famílias produtoras com conhecimento técnico e engajamento na causa ambiental: resultados da sua inserção no programa de ATER

A implementação do modelo de ATER proposto vem trazendo, desde seu início, em 2016, resultados promissores sob os aspectos produtivo, econômico e socioambiental, o que demonstra seu potencial de ganho de escala e replicação para outros territórios.

O Programa Amazônia atende atualmente 880 famílias e obteve incrementos relevantes de produtividade nas propriedades atendidas em função da adoção de práticas de manejo da cultura do cacau - como poda, controle de pragas e manejo da fertilidade do solo -, ultrapassando a marca de 1.000 kg/ha de cacau. Já na pecuária, o processo de intensificação trouxe um aumento de 20% na produtividade de cria, chegando a 15 arrobas anuais por hectare (atividade de engorda) em áreas de intensificação com o sistema de pastejo rotacionado.

Tal aumento de produtividade refletiu num incremento da renda proveniente dessas atividades superior ao custo da ATER, demonstrando a custo-efetividade do modelo proposto.

“Tinha muitas dúvidas que a gente não tinha com quem tirar. A partir das orientações e sabendo fazer o manejo correto do cacau, você trabalha bem menos e aumenta sua produção.”

Lucileide Braga, agricultora familiar

“A gente criava uma quantidade de gado numa área bem grande, e agora temos a mesma quantidade numa área pequena. Agora só uma pessoa mexe com o rebanho sem nenhuma dificuldade. E isso melhorou a renda também.”

Ananias Oliveira, agricultor familiar

Com base nos incrementos de produtividade médios obtidos entre as propriedades participantes na lavoura do cacau (que foi de 288 kg/ha entre 2016 e 2020) e da pecuária de cria (que foi de 18 bezerros/propriedade/ano para 22 no mesmo período) **(figura 3), estima-se um incremento de renda médio de R\$ 24.990 por propriedade por ano**, enquanto o custo anual do serviço de ATER, no período, foi estimado em R\$ 2.228,48.



Considerando o incremento médio da renda e o custo da ATER, a taxa de retorno do investimento em ATER foi de 1.121%. **Ou seja, cada R\$ 1 investido pela Solidaridad em ATER promoveu um retorno de R\$ 11,21 em renda bruta obtida pelo produtor.**

Esses dados demonstram que o aumento de renda promovido pela adoção ao serviço de ATER, mesmo que tivesse sido pago pelos agricultores, seria suficiente para arcar com o seu custo.

Além do impacto positivo na produtividade e renda, o programa também obteve resultados relacionados à redução do desmatamento nas propriedades envolvidas. A **figura 6** apresenta os índices de produtividade, renda e emissões obtidos antes do início do programa, em 2016, e no seu quarto ano de implementação, em 2020:

Figura 6.

Resultados do modelo de ATER em Novo Repartimento (PA)

	2016 (Linha de base)	2020	Varição
 Produtividade média do cacau	720 kg/ha	1.008 kg/ha	↑ 40%
 Renda bruta média da lavoura de cacau (R\$/ha)	R\$ 8.136	R\$ 11.390	↑ 40%
 Produtividade média da pecuária de cria	18 bezerros/ propriedade/ano	22 bezerros propriedade/ano	↑ 22,2%
 Renda bruta média da pecuária (por propriedade)	R\$ 38.880	R\$ 47.520	↑ 22,2%
 Renda bruta média total (pecuária + cacau)	R\$ 79.480	R\$ 104.470	↑ 31,4%
 Taxa de desmatamento	15,4%	3,5%	↓ 77%
 Número de propriedade com desmatamento	47	12	↓ 74%
 Área total desmatada (hectares)	195,18	70,73	↓ 64%

Para além desses relevantes resultados, o serviço de ATER também vem gerando impacto positivo na qualidade das amêndoas de cacau produzidas, viabilizando o acesso de produtores a novos mercados, como o de chocolates finos e o bean-to-bar, em que chocolates produzidos com amêndoas de cacau de agricultores e agricultoras do projeto têm se destacado e sido premiados nacional e internacionalmente. Esse reconhecimento gera maior empoderamento e estimula ainda mais a adoção de boas práticas.

“A assistência técnica continuada e de qualidade promovida pela Solidaridad no assentamento Tuerê impactou de maneira muito positiva as práticas de produção que contribuem para que o cacau produzido por esses produtores obtenha excelentes características físicas e sensoriais. Essas qualidades são essenciais para que as amêndoas sejam comercializadas como cacau fino.”

Bruno Lasevicius, proprietário da chocolateria Casa Lasevicius e Presidente da Associação Bean to Bar Brasil



A qualidade do cacau produzido tem chamado a atenção do mercado de chocolates finos, cujas barras produzidas com as amêndoas do Tuerê vêm sendo premiadas em concursos

4.2.2 Perenidade do modelo após o ciclo de ATER gratuita

Conforme descrito anteriormente, o modelo de negócio proposto visa à construção de um ambiente favorável para o estabelecimento e a manutenção de um arranjo de ATER local autônomo, operado pela organização incubada, possibilitando a saída gradual da **Solidaridad**.

A implementação do modelo no assentamento Tuerê entrou, no final de 2021, em seu quinto ano. A partir de então, como previsto, a Coopercau assumiu integralmente a execução das atividades de ATER prestadas ao grupo inicial de 50 famílias engajadas no programa, que passaram a realizar o pagamento do serviço à Cooperativa. O pagamento foi realizado com amêndoas de cacau, possibilidade que facilitou a perspectiva de custeio pelas famílias.

Tendo em vista essa fase de transição, e considerando o custo de operação do serviço de ATER e o custo estimado por visita técnica, a **Solidaridad** auxiliou a Coopercau a fortalecer seu modelo de negócios com a prestação de serviços de ATER, elaborar uma política de preços do serviço e a realizar uma campanha de comunicação com os produtores.

A política de preços se baseou em três critérios:



Tipo de produtor atendido e vínculo com a cooperativa:

cooperado, em transição (não cooperado que manifestou formalmente intenção de se tornar cooperado) e não cooperado.



Nível de fidelização do produtor:

o volume de cacau comercializado por meio da cooperativa.



Frequência de visitas técnicas

escolhida pelo produtor: de

oito, seis ou quatro ao ano.

Os dois primeiros critérios determinam faixas de desconto, que crescem conforme aumenta o vínculo e fidelização do produtor com a cooperativa. A partir dessas faixas, é determinado o preço a ser cobrado por visita, que então, com base na frequência de visitas, determina-se o preço final do serviço de ATER a ser pago pela família.

Ainda que as famílias estejam engajadas no programa e obtendo resultados positivos por conta da adoção de práticas estimulada pela ATER, a implementação da cobrança junto ao grupo até então contemplados com ATER gratuita demandou um processo intenso de articulação. O objetivo foi demonstrar os resultados positivos obtidos e potenciais em termos de produtividade e renda, bem como o custo-benefício do pagamento pelo serviço. Esse processo de engajamento contou com a contratação, pela **Solidaridad**, de uma empresa para apoiar a comunicação com as famílias focada nos resultados e benefícios financeiros da participação num programa de ATER pago (**Figura 7**).

“Sabemos o quanto custa para o produtor ter um número mínimo de visitas técnicas individuais e participar de treinamentos coletivos. Vimos também como esse trabalho incrementou sua produtividade e o quanto esse incremento resultou em renda e melhoria das suas condições de vida. Assim, sensibilizamos sobre a questão financeira e a importância de pagar pelo serviço e fortalecer a cooperativa.”

Paulo Lima, Gerente dos Programas de Cacau e Pecuária da Fundação Solidaridad

Figura 7.

Peças de comunicação usadas para divulgar a ATER da Coopercau estruturada no processo de incubação



4.3 Replicação

Os resultados obtidos por produtores e produtoras de Novo Repartimento demonstram na prática o impacto positivo da ATER nos meios de vida das famílias. Considerando que a produtividade média na lavoura de cacau em diversos municípios da região da Transamazônica não ultrapassa os 800 kg/hectare/ano e o incremento obtido nas propriedades participantes e nas Unidades Demonstrativas, que chegou a 1.100 kg/hectare/ano, o acesso à ATER traz uma grande oportunidade de ganho de produtividade e renda aos produtores de cacau. O mesmo ocorreu com a intensificação na pecuária, que se mostrou capaz de triplicar a produtividade da pecuária de corte nos sistemas de pastejo rotacionado e incrementar a produtividade da atividade de cria em 22%. Para além dos resultados obtidos em campo, o Programa Amazônia também demonstrou o potencial do modelo proposto em alavancar o acesso da agricultura familiar à Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Pará e na

Amazônia, melhorando as condições produtivas, financeiras e a qualidade de vida de comunidades historicamente desassistidas. Nesse sentido, esperamos que essa experiência possa contribuir com a implementação de arranjos semelhantes por outras organizações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável de comunidades amazônicas.

“O que estamos propondo é que esse modelo seja um pacote que possa ser aplicado em outros municípios, desde que haja essa articulação com atores locais que geram impacto socioeconômico e ambiental na região.”

Joyce Brandão, doutoranda na ETHZ Zurich e ex-Gerente de Agricultura e Conservação da Fundação Solidaridad

O sucesso nessa primeira experiência implementada em Novo Repartimento tornou possível também que o próprio Programa Amazônia ganhasse escala e assim contemplasse um território ainda maior. Em junho de 2021, teve início o projeto RestaurAmazônia, apoiado pelo Fundo JBS pela Amazônia e Elanco Foundation, que beneficiará 1,5 mil famílias nos municípios de Novo Repartimento, Pacajá e Anapu, abrangendo cerca de 75 mil hectares, na transição para o manejo sustentável.

Considerações finais



O histórico das iniciativas e políticas de ATER no Brasil revela que elas estiveram e estão bastante sujeitas a mudanças de governo e alterações nos arranjos institucionais e orçamentários. As idas e vindas relacionadas à abordagem que prevaleceu em cada período ou governo e a instabilidade da política de ATER, que ora obteve avanços e conquistas, ora perdeu espaço e prioridade na agenda governamental, continuam se colocando como obstáculos ao desenvolvimento técnico e social da agricultura familiar, que por diversos momentos ficou à margem desse sistema, especialmente na Amazônia. O recente desamparo ao sistema de ATER, por conta dos cortes de orçamento e paralisação operacional, prejudica a superação dos desafios já colocados décadas atrás: o caráter contínuo dos serviços e a necessidade de um arranjo institucional criativo que dê conta dos desafios da ATER pública e seu financiamento.

É inegável a importância e a necessidade de que seja consolidado um serviço

de ATER público, universal, gratuito e de qualidade, conforme proposto pela própria PNATER, especialmente para a agricultura familiar. Porém, os agricultores e agricultoras familiares não podem e não devem permanecer reféns desse sistema, que há muito os negligencia. Nesse contexto, organizações privadas e da sociedade civil têm uma grande oportunidade de alavancar o acesso da agricultura familiar à ATER e proporcionar, no curto prazo, melhores condições de produção e de vida a esses que constituem a maior parcela dos agricultores do Brasil.

A incubação das organizações locais para prestação desse serviço representa também, mais do que um meio para alavancagem de um serviço de ATER contínuo e de qualidade e melhoria das condições de produção e de vida dos produtores, a possibilidade de fortalecimento institucional e coletivo que poderá impactar positivamente de diversas outras maneiras os agricultores e os territórios.

O acesso à ATER é premissa para que as famílias produtoras tenham melhores condições de produção e de vida

Referências

- Almeida, E.N.; Brienza Junior, S.; Ximenes, T.; Poça, R. R. O Modelo de Assistência Técnica e Extensão Rural do PROAMBIENTE: uma inovação na agroecologia. In: 55o Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria/RS, 2017. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163061/1/7609.pdf>>.
- Alves, N.B.C. Entre ausências e emergências: uma extensão rural pública ou privada? Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.
- ASBRAER. Indicadores: rede oficial de ATER. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/index.php/ind-23>>. Acesso em 02 set 2021.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, p. 135-159, 2001.
- BECKER, B. K. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: REZENDE, F.; TAFNER, P. (Eds.). *Brasil: o estado de uma nação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005a, p. 53-66.
- BECKER, B. K. Não basta preservar a floresta. *Desafios do Desenvolvimento*, ano 2, edição 11, 2005b.
- Bergamasco, S.M.P.P.; Thomson, C.R.; Borsatto, R.S. Da extinção da Embrater à criação da Anater: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: Delgado, G.C. Bergamasco, S.M.P.P. (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>.
- BOITO, A.; BERRINGER, T. Social classes, neodevelopmentalism, and Brazilian foreign policy under Presidents Lula and Dilma. *Latin American Perspectives*, v. 41, n. 5, p. 94-109, 2014.
- Bordenave, J. D. O que é comunicação rural. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 104p.
- Butto, A.; Hora, K.. ATER para Mulheres – a experiência recente do governo federal. In: *Cadernos Feministas de Economia & Política*. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n.4, 2008 – Semestral.
- Caporal, F.R. Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível / coordenado por Francisco Roberto Caporal. – Brasília: 2009. 398p. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/n3b7ogczl9dqxd5/Extens%C3%A3o%20Rural%20e%20Agroecologia%20-%20temas%20sobre%20um%20novo%20desenvolvimetno%20rural.pdf>>.
- Delgado, G.C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- Dias, M.M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. *Revista Oikos*, 18(2), 11-21, 2007.
- Diniz, R. F. ; Hespanhol, A.N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). *Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria*, v.25, n.2, abr./jun. 2018.


- Freire, P. Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p (O Mundo, Hoje, v. 24).
- HIRATA, M. F. Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural. **Agriculturas**, v. 3, n. 1, p. 15-17, 2006.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Limite estadual e municipal IBGE. 2018b no prelo. bit.ly/2OoXqH4.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População residente estimada: Estimativas de População – EstimaPop. 2020a no prelo. bit.ly/2R4jaJe. IBGE.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agrícola Municipal (PAM). 2020b no prelo. bit.ly/3rVOjLV.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). 2020c no prelo. bit.ly/3fRzvLJ.
- Leite, A.Z.; Freddi, S.M. Desafios para a política de implementação de assentamentos e caminhos trilhados pelo serviço de ATES. *Revista de Políticas Públicas*, 22(e), 1115-1134, 2018.
- Montardo, O.V. Mas afinal... o que é extensão rural? Bebedouro, Scot Consultoria, 27 de nov. de 2005. Disponível em: <<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/21318/>>.
- Peixoto, M. Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Textos para discussão, 48, 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>.
- Petarly, R.R. Assistência Técnica e Extensão Rural para quê? O caso da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2013. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4189/1/texto%20completo.pdf>>.
- PROAMBIENTE. Proposta definitiva da sociedade civil organizada entregue ao Governo Federal. Brasília: PROAMBIENTE. 2003, 32p.
- Quidá, M.M. Cabral Filho, A.V. A difusão tecnológica como instrumento de poder no agronegócio brasileiro. In: XVI Congresso Internacional FoMerco. Salvador/BA, 2017.
- Ribeiro, E.C.B.; Moreira, A.C.; Ferreira, L.M.D.F.; César, A.S. Análise dos fatores motivadores, facilitadores e inibidores no relacionamento fornecedor/cliente na cadeia de suprimentos do biodiesel no Brasil. In: LIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Maceió/AL, 2016.
- Rodrigues, C.M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14(1), 113-154, 1997.
- Santos, D.; Salomão, R.; Veríssimo, A. Fatos da Amazônia 2021. Amazônia 2030. Centro de Empreendedorismo da Amazônia, Imazon. Março, 2021. 86p. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>>.
- SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. 2020. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlko4&anonymous=true&sheet=SHO6>.
- Zanetti, A.V. Dalbianco, V.P.; Neumann, P.S.; Fialho, M.A.V. Avanços e retrocessos na política de extensão rural brasileira: análise crítica sobre a ANATER. *Rev. Fac. Agron. La Plata*, 116(e), 107-119, 2017.


Solidaridad

Saiba mais:

www.solidaridadsouthamerica.org/brasil
brasil@solidaridadnetwork.org

 /showcase/fundacaosolidaridad

 /fundacaosolidaridad

 /solidaridadlatam

Projeto:

Restaurar  Amazônia

Parcerias:

